

# Demonstrações Contábeis 2018



Prêmio Emitido:  
**+20% = R\$ 7,0 bilhões**



Resultado de Underwriting:  
**+43% = R\$ 1,2 bilhão**



Lucro Líquido:  
**+32% = R\$ 1,2 bilhão**



ROAE:  
**32%**

**IRB Brasil RE**

Líder em resseguros na América Latina

## Senhores Acionistas,

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE relativas ao referido exercício e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associadas às normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – International Financial Reporting Standards (IFRS).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do IRB Brasil RE (<http://ri.irbre.com/pt/central-de-resultados>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

### Destaques do Ano

O ano de 2018 foi marcado pelo crescimento de 20,4% no total de prêmios emitidos pela Companhia, alcançando R\$ 6.963,9 milhões, em linha com o guidance reportado para o exercício de 2018, que era um crescimento do prêmio emitido entre 17% e 21% em relação ao ano de 2017.

A Companhia deu continuidade à sua estratégia de crescimento, mantendo o foco em eficiência e rentabilidade. Encerrou o ano de 2018 com um crescimento de 43,2% no resultado de Underwriting, aumentou sua eficiência administrativa tendo encerrado o ano de 2018 com um índice de despesa administrativa como percentual do prêmio ganho de 4,8% e manteve sua eficiência na gestão de seus ativos financeiros. Com isso o lucro líquido da Companhia avançou 31,8% em 2018, alcançando R\$ 1.218,8 milhões, com um retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 32,1%. A Companhia deverá efetuar o pagamento, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, de 75% do seu lucro líquido ajustado registrado em 2018, o que representará o montante de R\$ 893,4 milhões. Os valores propostos serão submetidos à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em março de 2019.

Completando um ano como companhia aberta – a Oferta Pública de Ações (IPO) foi realizada em 31 de julho de 2017 –, as ações do IRB Brasil RE foram as que mais se valorizaram em 2018 entre as empresas que compõem o IBrX 100 – índice composto pelas 100 ações de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro e que a Companhia passou a integrar em maio de 2018. No começo do ano passado, as ações do IRB valiam R\$ 32,48 e fecharam 2018 em R\$ 83,46, uma valorização de 157% no ano. Com isso o valor de mercado da Companhia avançou de R\$ 10 bilhões em dezembro de 2017 para R\$ 26 bilhões no encerramento de 2018.

Além do IBrX 100, as ações do IRB foram incluídas em alguns indicadores de relevância para o mercado, como a composição do índice MSCÍ Brazil (Morgan Stanley Capital International), que serve de referência para diversos fundos de investimentos globais; e na revisão de junho do índice FTSE, a ação do IRB foi incluída no Renaissance Latin America, que representa as atividades e o desempenho dos novos emissores cujo mercado principal de negociação é a América Latina.

Como parte da estratégia de manter uma relação próxima com os clientes, o IRB Brasil RE liderou o Insurance Forum 2018, que tratou da importância do mercado de seguros e resseguros para a economia global e foi uma preparação para o encontro do G20. O mercado de seguros e resseguros teve um encontro exclusivo no âmbito do G20, em setembro, em Bariloche, na Argentina, com importantes discussões e inovações também apresentadas pelo IRB.

A Companhia também promoveu, em setembro de 2018, o IRB Innovation Day, encontro com o objetivo de repensar e reinventar a Companhia, reunindo grandes nomes dos mercados de tecnologia, digital, design e marketing. Um Comitê de Inovação foi criado para debater e trazer temas como design de serviço, ciência de dados, inteligência artificial e aplicações da tecnologia blockchain para soluções de resseguro.

Ao longo do ano, o IRB ainda lançou produtos em linhas como Vida e Agronegócio, tais como o app de Agro, a ferramenta de telessubscrição, o produto de seguro marítimo P&I (Protection and Indemnity Insurance) e Seguro para Altas Rendas; pulverizou linhas de negócios que compensaram a menor demanda nos segmentos de engenharia e transportes; e ampliou sua atuação internacional com o foco, principalmente, na América Latina.

Destaca-se ainda como uma das grandes realizações do ano de 2018 a bem sucedida renovação dos contratos de retrocessão para o exercício de 2019, mantendo-se as mesmas condições financeiras atribuídas para o ano anterior e tendo conquistado melhorias nas condições operacionais. A capacidade e o suporte foram oferecidos pelos maiores players do mercado de resseguros global, sendo que estes parceiros foram selecionados pela qualidade do rating, além de oferecer um suporte estratégico nas diferentes linhas e representarem potencial para cederem negócios para o IRB, visando um relacionamento a longo prazo.

Nos próximos quatro anos, a previsão de retomada do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) favorece a expansão do mercado de resseguros, que nos últimos seis anos apresentou um crescimento médio de 21% aa. Ademais, o retorno dos projetos de infraestrutura, somados aos novos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP), às privatizações e à nova dinâmica para os planos VGBL, podem trazer um novo impulso para a indústria, uma expansão que pode superar o crescimento do PIB.

A administração do IRB tem o compromisso de seguir ampliando o negócio, com seriedade e prudência diante dos desafios do mercado. Além dos resultados, tanto operacionais quanto financeiros, o IRB colheu importantes reconhecimentos – não só de representantes do mercado, mas de toda a sociedade – e contribuições de todos os acionistas, colaboradores, parceiros de negócio, públicos de interesse e setores da sociedade.

### Responsabilidade Social Corporativa

A Responsabilidade Social Corporativa é um aspecto importante para o IRB Brasil RE. Por meio de iniciativas próprias, ou em parceria com diversas instituições, procuramos contribuir para melhorar em vários aspectos a vida em sociedade, construindo laços responsáveis com o mundo em que vivemos e com as pessoas com as quais nos relacionamos.

Em 2018, a Companhia deu sequência ao seu Programa de Voluntariado, lançado em 2016, que promove ações voltadas à sustentabilidade. O programa tem como foco a criação de oportunidades de doação de tempo pelo bem comum. É formado por um comitê gestor e executor que atua por meio de três projetos: "Cuidando dos seus", "Ler é amor" e "Saúde é vida", com a realização de atividades planejadas anualmente. Durante o ano, foram realizadas 26 atividades que atenderam diretamente aproximadamente 40 pessoas, além de 304 pessoas assistidas indiretamente pelas doações de sangue, uma das iniciativas do programa. Também foram promovidas ações sociais com engajamento do público interno. No total, foram realizadas 4 campanhas com foco em impacto social. A primeira campanha, o bolão da doação teve recorde de arrecadação, com aproximadamente 9 toneladas de alimentos. Os colaboradores também foram estimulados a doar agasalhos e calçados. No total, todas as ações beneficiaram oito instituições e famílias assistidas pelo Programa do Voluntariado. Outubro foi marcado pelo Dia das Crianças, com um evento que reuniu os filhos dos colaboradores e crianças de duas instituições carentes. Inspirados pela data, os colaboradores também doaram 160 livros infantis para o projeto Ler É Amor, do Programa de Voluntariado.

Já em novembro de 2018, a campanha Todos Somos Solidários mobilizou os colaboradores a doarem alimentos. Foram arrecadados aproximadamente 740 kg doados pelos nossos colaboradores e o IRB doou cerca de 3500 kg, totalizando, aproximadamente, 4 toneladas de alimentos para fazer mais feliz o Natal de instituições do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para fechar o ano, realizamos "Todos somos uma esperança", campanha que apadrinou 168 crianças de instituições carentes, com um kit de natal contendo roupa, calçado e brinquedo.

Estivemos à frente de programas culturais dedicados a escolas, instituições sociais e grupos em vulnerabilidade social no Rio de Janeiro. No decorrer do ano, a Companhia promoveu visitas guiadas ao Museu do Amanhã, proporcionando um aprendizado importante para aproximadamente 150 crianças, entre 5 e 12 anos. As instituições beneficiadas foram PALE, Conquista Social, Escola Dom, Escolinha de vôlei da Adriana Samuel – Copacabana e Deodoro e INPAR.

A visibilidade da marca IRB Brasil RE também foi priorizada na seleção dos patrocínios esportivos, que em 2018 foi marcado pelo torneio Rio Open e pelo projeto Sem Barreiras.

No campo social, o IRB Brasil RE busca promover a saúde e a qualidade de vida da sociedade em geral. Em 2018, foram firmadas parcerias com o Hospital GRAACC, com o Lar Divino Amigo, Hospital de Câncer de Barretos, AMEO – Associação da Medula Óssea, Instituto Desiderata e Fundação do Câncer.

### Impactos Socioambientais e Governança

Apesar dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades, assim como de seus fornecedores, serem baixos, o IRB Brasil RE tem adotado práticas que visam reduzir os danos ao meio ambiente, como a digitalização de processos, programa de reciclagem de lixo, não utilização de copos plásticos, uso eficiente de água e luz e a contratação de empresa certificada para o descarte do lixo eletrônico. Desde 2017, os funcionários da companhia foram convidados a participar ativamente das iniciativas de redução da produção de resíduos, por meio do programa "Reduza Seus Resíduos".

Atenta ao bem-estar de seus colaboradores, a companhia também realiza campanhas anuais de clima, em parceria com o instituto Great Place to Work (GTPW); adotou o Programa de Qualidade de Vida; e põe em prática campanhas com o foco na saúde, como as de vacinação. Em relação à inclusão social, temos o programa Jovem Aprendiz. Dezessete jovens foram convertidos em estagiários. Destes, 24% foram efetivados. Outro ponto importante a se ressaltar é que, atualmente, 47% dos funcionários do IRB são mulheres e, destas, 36% estão em cargo de gestão.

O IRB Brasil RE também adota critérios rigorosos na contratação de fornecedores, incluindo, por exemplo, a política de Know Your Supplier (KYS), em que uma due-diligence é realizada antes da assinatura dos contratos administrativos. Estes normativos, que incluem cláusulas de confidencialidade, protegem a imagem ou reputação da Companhia em eventual sinistro ou passivo socioambiental. A Companhia tem ainda a Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo. Juntamente à KYS, as políticas de Know Your Customer e Know your Employee, ajudam a mitigar estes riscos.

A Companhia faz parte da Associação de Genebra e do Comitê de Sustentabilidade da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), além de estar em processo de assinatura dos Princípios para Seguros Sustentáveis, da Organização das Nações Unidas (ONU), que deve acontecer ainda em 2019. Para este ano, objetivo é, então, continuar avançando. Está previsto também um projeto para instalação de novo sistema de controle de uso de água e energia, detectando desperdícios, e a ampliação suas práticas de voluntariado.

### Principais Reconhecimentos

A trajetória ascendente do IRB Brasil RE foi reconhecida por diversos prêmios em 2018, e não apenas na área de resseguros. Alguns destaques dos principais reconhecimentos concedidos ao IRB em 2018:

- Reconhecimento do mercado figurando a lista de tops CEO, CFO e RI da América Latina em 2018, segundo a publicação Institutional Investor - Euromoney. O IRB também figurou o primeiro lugar entre as melhores empresas da América Latina de sua categoria, concorrendo com grandes instituições não-financeiras;
- Título de ressegurador brasileiro do ano pela revista Reactions, o "Reactions Latin America Re/Insurance Awards";
- Prêmio Segurador Brasil na categoria especial "Empreendedor Brasil";
- Premiação "Oscar do Seguro" do Clube Vida em Grupo do RJ elegeu o IRB como empresa destaque do ano 2017/2018 em resseguros; e
- Listada entre as 3 principais empresas do setor de Seguros, Previdência e Capitalização pelo "Estatdão Empresas Mais".

## DESTAQUES FINANCEIROS DO ANO

### Prêmio Emitido, Prêmio Retido e Prêmio Ganho

Em 2018, o volume total de prêmio emitido pelo IRB Brasil RE avançou 20,4% em relação ao ano de 2017, totalizando R\$ 6.963,9 milhões. Desse montante, R\$ 4.219,7 milhões foram prêmios emitidos no Brasil e R\$ 2.744,1 milhões no exterior. O crescimento de 20,4% nos prêmios emitidos em 2018 é reflexo da combinação do aumento no volume de novos contratos, da ampliação de participações em contratos que já integravam o portfólio da Companhia, bem como do ganho de market share ao longo do ano de 2018. Com isso, a Companhia ficou em linha com o guidance para crescimento de prêmio emitido em 2018 que era de 17,0% a 21,0% em relação a 2017.

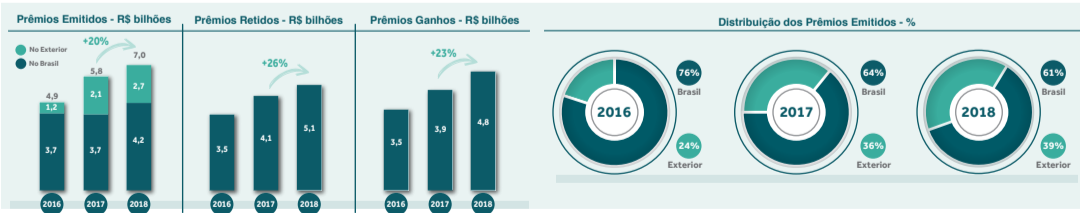
No ano, o segmento que liderou a emissão de prêmios emitidos no Brasil foi o de property, que respondeu por 31% do prêmio total emitido no país. Outros dois segmentos de destaque no Brasil foram o rural, com 28% de participação e o segmento de riscos especiais com 13% de participação.

Do total de prêmios emitidos no exterior de R\$ 2.744,1 milhões, o segmento que liderou a emissão de prêmios foi o de property com 24% de participação, seguido pelo rural com 15% dos prêmios emitidos no exterior em 2018 e o de aviação com 6%.

O índice de retrocessão no acumulado do ano saiu de 30,0% em 2017 para 26,9% em 2018, uma redução de 3,1 pontos percentuais, reflexo da melhoria nas negociações comprovando o track record de baixa sinistralidade, bem como da melhoria nas condições operacionais.

No encerramento do ano de 2018, o total de prêmio retido totalizou R\$ 5.093,9 milhões, um crescimento de 25,7% em relação a 2017.

Em 2018, o prêmio ganho também seguiu a mesma tendência de crescimento, totalizando R\$ 4.797,1 milhões, um avanço de 22,8% comparativamente a 2017.



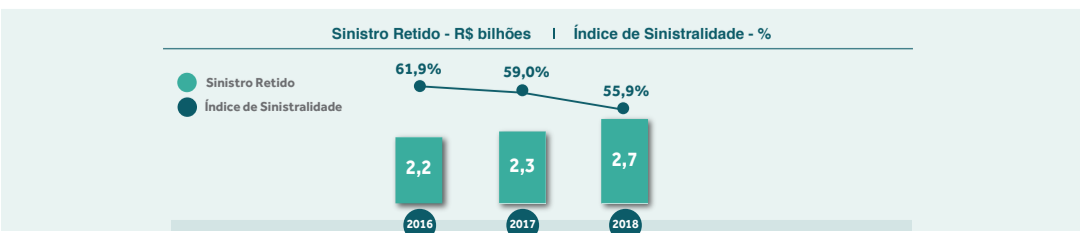
### Sinistro Retido

Em 2018, o índice de sinistralidade foi de 55,9%, contra 59,0% em 2017, um decréscimo de 3 pontos percentuais em relação a 2017.

A rubrica de sinistros retidos possui dois componentes principais: a PSL (Provisões de Sinistros a Liquidar), que reflete os avisos de sinistros que a Companhia recebeu no período, e a IBNR (Incurred But Not Reported), que se refere, essencialmente, a uma provisão atuarial feita pela Companhia em bases estatísticas para se prevenir de futuros avisos de sinistros.

Em 2018, a sinistralidade medida pela PSL correspondeu a 47,6% do prêmio ganho, uma diminuição de 2,4 pontos percentuais ante os 50,0% registrados em 2017. Em termos nominais, a PSL passou de uma contribuição líquida de R\$ 1.952,1 milhões em 2017 para uma contribuição líquida de R\$ 2.284,0 milhões em 2018, ou seja, um aumento de 17,0%. Esse patamar da PSL contempla, dentre outras variáveis, as prestações de contas dos sinistros ocorridos relativos aos novos contratos que a Companhia registrou em 2018.

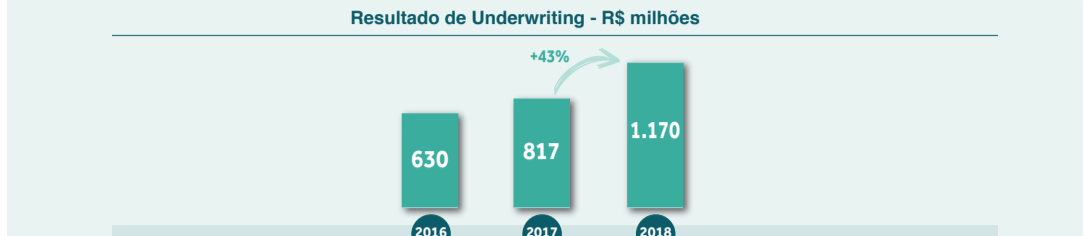
Ao final de 2018, a sinistralidade medida pelo IBNR correspondeu a 8,8% do prêmio ganho, praticamente estável em relação a 2017 que foi de 8,6%. Em termos nominais, o IBNR passou de uma contribuição líquida de R\$ 334,1 milhões em 2017 para uma contribuição líquida de R\$ 422,7 milhões em 2018. O aumento no IBNR na visão anual, tem como principal driver o aumento de prêmios no período, em decorrência de um maior volume de novos contratos, cuja constituição do IBNR é feita de forma agravada.



### Resultado de Subscrição (Underwriting)

No acumulado do ano de 2018, o resultado de underwriting totalizou R\$ 1.169,6 milhões, um crescimento de 43,2% quando comparado a 2017. O aumento no volume total de prêmio emitido de 20,4% combinado com uma queda no índice de sinistralidade de 3 pontos percentuais, que passou de 59% em 2017 para 56% no encerramento de 2018, sustentaram o avanço robusto no resultado de underwriting da Companhia.

Em 2018, foram realizados diversos treinamentos para as seguradoras com foco nos segmentos de Property, Vida e Aviação. Novas ferramentas foram implementadas, tais como o Agility (questionário inteligente com regras automáticas para aceitação e recusa), e a Telessubscrição (produto totalmente digital que realiza a subscrição por análise facial), que adicionaram inovação, rapidez e tecnologia aos serviços.



### Resultado Financeiro

Ao final de 2018, o resultado financeiro consolidado em reais da controladora e de suas subsidiárias/sucursais totalizou R\$ 628,9 milhões contra R\$ 754,9 milhões em 2017, uma redução de 16,7% no período. Essa redução, no entanto, foi inferior à redução da Selic média de 35%, que passou de 9,9% no ano de 2017 para 6,4% no ano de 2018.

O saldo médio diário da carteira de investimentos financeiros durante o ano de 2018, excluindo a carteira de imóveis, totalizou R\$ 6,0 bilhões.

Em 2018, a rentabilidade da carteira de investimentos financeiros consolidados em reais da controladora e de suas subsidiárias/sucursais foi de 141% do CDI no ano de 2018, um aumento de 10 pontos percentuais em relação aos 131% do CDI no ano de 2017.

A performance da gestão dos referidos ativos financeiros consolidados em reais da controladora e de suas subsidiárias/sucursais deveu-se, especialmente, a alocações estratégicas em títulos públicos pre-fixados e indexados à inflação, bem como operações táticas em dólar, principalmente no segundo trimestre de 2018.

O fundo de investimento renda fixa IRB Brasil RE Absoluto Títulos Públicos (Código Bloomberg: IRBAST BZ), que é de gestão própria do IRB, concentrava ao final de 2018 um volume de ativos totais (títulos públicos) no montante de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões, ou seja, 42% da carteira total de ativos financeiros da Companhia (R\$ 6,6 bilhões) e atingiu rentabilidade de 124% do CDI no ano.

Na carteira própria da Companhia, que concentrava ativos de R\$ 3,8 bilhões na posição ao final de 2018, o grupamento de ativos mais importante era o de títulos públicos pós-fixados (LFTs).

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações, bem como a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

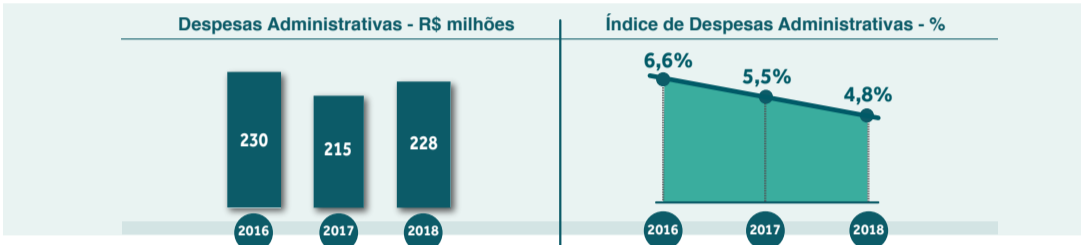
### Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da Companhia, ou seja, as suas receitas/despesas com imóveis de renda, líquidas, apresentaram um crescimento de 43,3% em 2018 comparativamente a 2017. Esse crescimento decorre de alguns fatores, tais quais: (i) aumento na receita de aluguel dos shoppings; (ii) redução expressiva das taxas de inadimplência dos lojistas nos referidos empreendimentos; (iii) redução das despesas de manutenção e marketing; (iv) aluguel de imóveis de renda, lajes comerciais que estavam vagas; e (v) aluguel de terrenos da Companhia para empresas de estacionamento que estavam sem uso.

O exceto da carteira de ativos imobiliários em 2018 corresponde a uma rentabilidade que equivale a IGP-M+11,5% ao ano, uma performance que excedeu em 42,3% do custo de capital da Companhia para seus ativos imobiliários que é de IGP-M+6%.

### Despesas Gerais e Administrativas

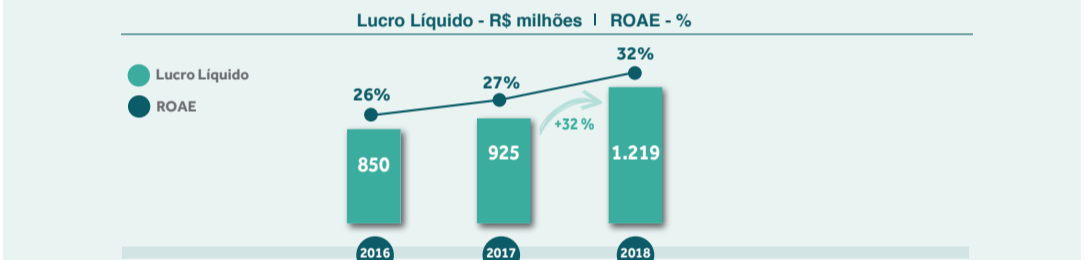
No encerramento de 2018, o índice de despesas administrativas como percentual de prêmios ganhos recuou de 5,5% em 2017 para 4,8% em 2018. A redução no índice de despesas administrativas ficou em linha com a previsão reportada no guidance para o exercício de 2018 que era de 4,8% a 5,2%. O compromisso da administração com a busca constante de aumento de eficiência e melhoria da rentabilidade continua sendo a base de atuação da Companhia.



### Lucro Líquido

No encerramento de 2018, o lucro líquido apresentou uma expansão de 31,8% em relação a 2017, passando de R\$ 925,0 milhões em 2017 para R\$ 1.218,8 milhões em 2018.

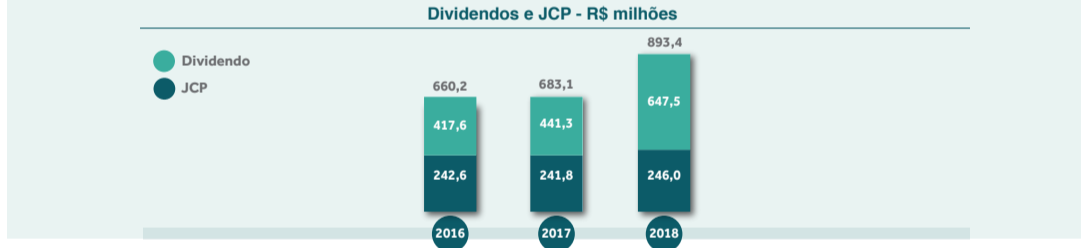
O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 32,1% expandiu cerca de 5 pontos percentuais sobre 2017, cujo ROAE foi de 26,8%. Esse resultado reflete o crescimento do resultado operacional mais que compensando a redução do resultado financeiro nos períodos, em função da queda da taxa SELIC.



### Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Ao longo do exercício de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição do valor bruto de R\$ 246,0 milhões a título de juros sobre o capital próprio a seus acionistas. Desse montante, R\$ 180,4 milhões foram antecipados em novembro de 2018. O Conselho de Administração da Companhia propôs ainda a distribuição adicional de R\$ 64,7,5 milhões sob a forma de dividendos.

A distribuição total de dividendos e JCP proposta pela administração para o exercício de 2018 totalizou R\$ 893,4 milhões, o que representa 75,0% do lucro líquido ajustado registrado no período. A proposta de destinação do resultado de 2018 será submetida à aprovação dos acionistas na AGO que deverá ser realizada no mês de março de 2019.



## OUTROS DESTAQUES

### Gestão de Risco

A Companhia adota desde 2013 uma política de gestão de riscos, com objetivo de reduzir riscos de subscrição, mercado, crédito, operacionais, estratégicos e regulatórios. Essa política é aprovada e revista pelo Conselho de Administração e sua aplicação é monitorada trimestralmente pelo Conselho, trimestralmente pelos Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria e regularmente pela Diretoria da Companhia.

A Administração considera que a estrutura operacional e os controles internos para a verificação da efetividade da política adotada são adequadas. O IRB Brasil RE recebeu da agência A.M. Best, a mais antiga empresa especializada em avaliação de riscos do segmento de seguros, a classificação de risco A- (excelente), com perspectiva positiva. De acordo com comunicado divulgado pela A.M. Best, "o resultado reflete o forte perfil de negócios no mercado de resseguros brasileiro, além do sólido desempenho financeiro e da capitalização ajustada aos riscos. A partir da abertura do mercado ressegurador, a Companhia tomou várias iniciativas para manter sua posição de liderança no Brasil e intensificar o processo de expansão internacional."

Os treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta são obrigatórios e realizados anualmente, via e-learning, por 100% dos colaboradores. Novos colaboradores admitidos têm 60 dias para efetuar o treinamento, que se não realizado neste prazo, ocasiona penalidade na participação anual dos lucros do colaborador. O ciclo anual de treinamentos foi finalizado em dezembro de 2018, com participação de 100% dos colaboradores.

A Companhia possui um canal de ética corporativa independente, acessível em seu website, com garantia de sigilo e anonimato. Por não possuir clientes pessoas físicas, o número de relatos é bastante reduzido historicamente, não tendo sido recebido nenhum relato em 2018. Os relatos, quando efetuados, são recebidos, pré-analisados, e se necessário, levados ao Comitê de Ética para deliberação.

### Governança Corporativa

A Companhia conta com uma estrutura de governança bastante robusta, que tem como principais componentes: Conselho de Administração, Comitês Executivos e Estratégicos, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Auditoria Externa e Órgãos Reguladores. Estes diversos órgãos de controle, fiscalização e governança promovem supervisão independente e avaliação estratégica de toda a empresa.

Existem seis comitês ligados ao Conselho de Administração (Governança Corporativa; Investimentos; Auditoria; Gestão de Pessoas; Gestão de Riscos e Subscrição) com uma agenda regular de trabalho para acompanhamento, monitoramento e suporte da gestão do IRB Brasil RE.

A Companhia possui uma série de códigos e políticas que demonstram o compromisso da Companhia com a manutenção da integridade e da ética em suas atividades, tais como: (i) Código de Ética e Conduta, (ii) Política de Governança Corporativa, (iii) Política de Gestão de Riscos, (iv) Política de Compliance, (v) Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, (vi) Política de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção, (vii) Política de Segurança da Informação e (viii) Política de Alçadas.

Os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos na política de Governança Corporativa, sempre com vistas a colaborar na implantação de procedimentos eficazes e arrojados.

Durante o ano de 2018, foram criados ou revisados diversos códigos para regular as atividades da empresa: Código de Ética e Conduta, Política de Alçadas (Argentina), Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Política de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção, Regime Disciplinar, Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, Política de Governança Corporativa, Regimento Interno do Comitê de Gestão de Pessoas, entre outros.

Durante 2018 foram realizadas 32 reuniões do Conselho de Administração, 56 reuniões de Diretoria, 14 reuniões do Conselho Fiscal, 16 reuniões do Comitê de Auditoria, além de outras reuniões dos comitês dos órgãos de assessoramento.

### Desempenho das Ações

De 28 de dezembro de 2017 a 28 de dezembro de 2018, as ações do IRB (B3: IRBR3) atingiram um volume médio diário negociado de R\$ 56 milhões, em 1,1 milhão de negócios. No dia 28 de dezembro de 2018, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 26,0 bilhões. Entre o IPO e o encerramento de 2018, as ações do IRB apresentaram uma apreciação de 203%.

### Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que o IRB Brasil RE e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores da PricewaterhouseCoopers (PwC) não sejam afetados, quanto à independência e à objetividade necessárias ao seu trabalho junto à Companhia, pela prestação de serviços a outras empresas.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a PwC prestou serviços adicionais no valor total de R\$ 1,4 milhão, referentes a elaboração de diagnóstico da implementação da norma contábil IFRS, assessoria para implementação e divulgação de novos pronunciamentos contábeis, revisão das premissas fiscais, avaliação de segurança em infraestrutura e aplicações web. Este valor corresponde a 36% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas de auditoria que tratam da isenção dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

### Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas e administradores estão vinculados à arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 59 de seu Estatuto Social.

### Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

### Agradecimentos

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros, além de acionistas e clientes das sociedades seguradoras, pela indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção. Agradecemos também aos representantes do poder público e aos corretores, pelo apoio e confiança em nossa missão de proporcionar soluções para o mercado segurador com foco em rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

## A ADMINISTRAÇÃO



continuação

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>ATIVO</b>		<b>10.464.310</b>	<b>8.225.369</b>	<b>10.535.080</b>	<b>8.330.491</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>27.001</b>	<b>16.222</b>	<b>43.131</b>	<b>25.771</b>
DISPONÍVEL		27.001	16.222	43.131	25.771
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.001	16.222	43.131	25.771
<b>APLICAÇÕES</b>		<b>2.551.911</b>	<b>1.547.657</b>	<b>2.595.474</b>	<b>1.596.357</b>
<b>CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES</b>		<b>4.651.983</b>	<b>3.219.998</b>	<b>4.652.082</b>	<b>3.220.012</b>
Operações com seguradoras	7.2.1	3.327.272	2.263.360	3.327.272	2.263.360
Operações com resseguradoras	7.2.2	1.304.416	949.586	1.304.416	949.586
Outros créditos operacionais		56.569	65.161	56.668	65.175
(-) Provisão para riscos de créditos	7.3	(36.274)	(58.109)	(36.274)	(58.109)
<b>ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS</b>		<b>3.055.590</b>	<b>3.246.054</b>	<b>3.055.607</b>	<b>3.274.937</b>
Prêmios - retrocessão	8.2	929.100	810.820	929.100	810.820
Sinistros - retrocessão	8.1	2.116.944	2.423.673	2.116.944	2.452.556
Outras provisões	8.3	9.546	11.561	9.546	11.561
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>100.742</b>	<b>131.702</b>	<b>111.703</b>	<b>149.678</b>
Títulos e créditos a receber	9	30.686	11.373	40.116	25.676
Créditos tributários e previdenciários	10.1	70.056	120.329	71.587	124.002
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>11.886</b>	<b>6.103</b>	<b>11.886</b>	<b>6.103</b>
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS</b>		<b>65.197</b>	<b>57.633</b>	<b>65.197</b>	<b>57.633</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.449.734</b>	<b>6.068.168</b>	<b>5.405.354</b>	<b>6.012.719</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>4.696.466</b>	<b>5.307.434</b>	<b>4.715.167</b>	<b>5.403.901</b>
<b>APLICAÇÕES</b>		<b>3.327.044</b>	<b>4.111.301</b>	<b>3.366.388</b>	<b>4.219.705</b>
<b>ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS</b>		<b>28.845</b>	<b>49.473</b>	<b>28.845</b>	<b>49.473</b>
Prêmios - retrocessão	8.2	28.845	49.473	28.845	49.473
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>1.335.480</b>	<b>1.142.355</b>	<b>1.314.837</b>	<b>1.130.418</b>
Títulos e créditos a receber	9	224.038	107.333	237.006	108.544
Créditos tributários e previdenciários	10.1	458.469	406.786	424.858	393.638
Créditos tributários	10.1	38.715	57.868	38.643	57.868
Ativo fiscal diferido	10.1	419.754	348.918	386.215	335.770
Depósitos judiciais e fiscais	22	652.973	628.236	652.973	628.236
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS</b>		<b>11.509</b>	<b>4.305</b>	<b>11.509</b>	<b>4.305</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>636.545</b>	<b>629.327</b>	<b>636.545</b>	<b>629.327</b>
Participações societárias	1.3	630.976	623.352	-	-
Imóveis destinados à renda	12	5.515	5.831	573.001	476.991
Outros investimentos		54	144	54	144
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>74.270</b>	<b>77.310</b>	<b>74.353</b>	<b>77.385</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>42.453</b>	<b>54.097</b>	<b>42.779</b>	<b>54.298</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.914.044</b>	<b>14.293.537</b>	<b>15.940.434</b>	<b>14.343.210</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Prêmios emitidos líquidos		6.035.512	5.060.851	6.035.512	5.060.851
Variações das provisões técnicas		(270.874)	(323.079)	(270.874)	(323.079)
<b>PRÊMIOS GANHOS</b>		<b>5.764.638</b>	<b>4.737.772</b>	<b>5.764.638</b>	<b>4.737.772</b>
<b>SINISTROS OCORRIDOS</b>		<b>(2.820.647)</b>	<b>(2.484.074)</b>	<b>(2.820.647)</b>	<b>(2.484.074)</b>
Sinistros diretos		(2.894.851)	(2.474.609)	(2.894.851)	(2.474.609)
Salvados e ressarcimentos		267.583	105.508	267.583	105.508
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(193.379)	(114.973)	(193.379)	(114.973)
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO</b>		<b>(140.720)</b>	<b>(133.129)</b>	<b>(140.720)</b>	<b>(133.129)</b>
Comissões		(140.720)	(133.129)	(140.720)	(133.129)
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(18.292)</b>	<b>(41.210)</b>	<b>(18.292)</b>	<b>(41.210)</b>
<b>RESULTADO COM RETROCESSÃO</b>		<b>(1.450.923)</b>	<b>(1.188.729)</b>	<b>(1.450.923)</b>	<b>(1.188.729)</b>
Receitas com retrocessões	25.4.1	288.505	252.761	288.505	252.761
Despesas com retrocessões	25.4.2	(1.736.473)	(1.401.615)	(1.736.473)	(1.401.615)
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário		(26.659)	(52.092)	(26.659)	(52.092)
Outras receitas e despesas operacionais		23.704	12.217	23.704	12.217
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>(221.530)</b>	<b>(264.685)</b>	<b>(238.346)</b>	<b>(277.156)</b>
<b>DESPESAS COM TRIBUTOS</b>		<b>(144.816)</b>	<b>(77.456)</b>	<b>(148.866)</b>	<b>(82.214)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>314.731</b>	<b>648.150</b>	<b>447.804</b>	<b>686.326</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		<b>1.121.032</b>	<b>1.955.864</b>	<b>1.254.914</b>	<b>1.994.086</b>
Receitas financeiras provenientes da carteira de investimentos		1.037.703	1.835.775	1.161.565	1.872.556
Receitas financeiras outras		83.329	120.089	93.349	121.530
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>(806.301)</b>	<b>(1.307.714)</b>	<b>(807.110)</b>	<b>(1.307.760)</b>
Despesas financeiras provenientes da carteira de investimentos		(533.130)	(1.112.339)	(533.130)	(1.108.016)
Despesas financeiras outras		(273.171)	(195.375)	(273.980)	(199.744)
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>138.884</b>	<b>55.001</b>	<b>77.540</b>	<b>53.405</b>
Receitas (despesas) com imóveis de renda, líquidas		24.728	(11.361)	77.077	53.805
Ajustes de investimentos em controladas	1.3	113.693	66.762	-	-
Outras receitas (despesas) patrimoniais, líquidas		463	(400)	463	(400)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>1.421.325</b>	<b>1.251.640</b>	<b>1.472.188</b>	<b>1.270.991</b>
<b>GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES</b>		<b>(28)</b>	<b>36</b>	<b>(28)</b>	<b>36</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>1.421.297</b>	<b>1.251.676</b>	<b>1.472.160</b>	<b>1.271.027</b>
Imposto de renda	25.10	(36.713)	(135.071)	(74.093)	(149.246)
Contribuição social	25.10	(165.788)	(191.555)	(179.271)	(196.731)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.218.796</b>	<b>925.050</b>	<b>1.218.796</b>	<b>925.050</b>
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES</b>		<b>310.415.400</b>	<b>310.415.400</b>	<b>310.415.400</b>	<b>310.415.400</b>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO</b>		<b>3,93</b>	<b>2,98</b>	<b>3,93</b>	<b>2,98</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>				
Receita com operação de seguros	6.035.512	5.060.851	6.035.512	5.060.851
Outras	(178.155)	(178.763)	(122.813)	(115.048)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	51.846	7.936	51.846	7.936
Variação das provisões técnicas	(270.874)	(323.079)	(270.874)	(323.079)
<b>Receita líquida operacional</b>	<b>5.638.329</b>	<b>4.566.945</b>	<b>5.693.671</b>	<b>4.630.660</b>
<b>Despesas</b>				
Sinistros	(2.894.851)	(2.474.609)	(2.894.851)	(2.474.609)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(193.379)	(114.973)	(193.379)	(114.973)
Salvados e ressarcimentos	267.583	105.508	267.583	105.508
<b>Despesas com sinistros</b>	<b>(2.820.647)</b>	<b>(2.484.074)</b>	<b>(2.820.647)</b>	<b>(2.484.074)</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Materiais, energia e outros	(47.390)	(52.583)	(48.689)	(52.583)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(25.185)	(45.414)	(39.610)	(54.772)
<b>Despesas com insumos</b>	<b>(72.575)</b>	<b>(97.997)</b>	<b>(88.299)</b>	<b>(107.355)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.745.107</b>	<b>1.984.874</b>	<b>2.784.725</b>	<b>2.039.231</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(47.862)</b>	<b>(33.213)</b>	<b>(50.855)</b>	<b>(39.632)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>2.697.245</b>	<b>1.951.661</b>	<b>2.733.870</b>	<b>1.999.599</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado financeiro	314.731	648.150	447.804	686.326
Resultado com retrocessões	(1.450.923)	(1.188.729)	(1,450.923)	(1,188.729)
Resultado com equivalência patrimonial	113.693	66.762	-	-
Outras	(7.224)	(3.558)	(7.224)	(3.558)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(1.029.723)</b>	<b>(477.375)</b>	<b>(1.010.343)</b>	<b>(505.961)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.667.522</b>	<b>1.474.286</b>	<b>1.723.527</b>	<b>1.493.638</b>
Pessoal	101.407	145.150	102.500	145.150
Impostos, taxas e contribuições	347.319	404.086	402.231	423.438
Juros sobre capital próprio e dividendo mínimo obrigatório	314.482	241.780	314.482	241.780
Lucros retidos do exercício	904.314	683.270	904.314	683.270
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>1.667.522</b>	<b>1.474.286</b>	<b>1.723.527</b>	<b>1.493.638</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação		Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
		Capital social	Legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	patrimonial	Lucros acumulados		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>		<b>1.453.080</b>	<b>290.617</b>	<b>1.245.204</b>	<b>(12.956)</b>	<b>(65.289)</b>	<b>-</b>	<b>417.561</b>	<b>3.328.217</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	24.4	-	-	-	-	30.920	-	-	30.920
Ajustes acumulados de conversão	24.4	-	-	-	-	284	-	-	284
Perdas atuariais em benefício pós-emprego	24.4	-	-	-	-	(42.076)	-	-	(42.076)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	925.050	-	925.050
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						<b>(10.872)</b>	<b>925.050</b>	<b>-</b>	<b>914.178</b>
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas									
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 24 de março de 2017		500.000	(290.617)	(209.383)	-	-	-	-	-
Dividendo adicional pago do exercício de 2016		-	-	-	-	-	(417.561)	-	(417.561)
Constituição de reserva legal		-	46.252	-	-	-	-	-	46.252
Constituição de reserva de retenção de lucros	24.3	-	-	437.528	-	-	(437.528)	-	-
Distribuição de dividendos	24.6	-	-	-	-	-	(441.270)	439.399	(1.871)
Distribuição de juros sobre capital próprio	24.6	-	-	(241.780)	-	-	-	-	(241.780)
<b>Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>500.000</b>	<b>(244.365)</b>	<b>(13.635)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(925.050)</b>	<b>21.838</b>	<b>(661.212)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>1.953.080</b>	<b>46.252</b>	<b>1.231.569</b>	<b>(12.956)</b>	<b>(76.161)</b>	<b>-</b>	<b>439.399</b>	<b>3.581.183</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>		<b>1.953.080</b>	<b>46.252</b>	<b>1.231.569</b>	<b>(12.956)</b>	<b>(76.161)</b>	<b>-</b>	<b>439.399</b>	<b>3.581.183</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	24.4	-	-	-	-	(14.816)	-	-	(14.816)
Ajustes acumulados de conversão	24.4	-	-	-	-	(22.017)	-	-	(22.017)
Perdas atuariais em benefício pós-emprego	24.4	-	-	-	-	(387)	-	-	(387)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.2		





continuação

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Consolidado						
	2018						
	Ativos vencidos e não "impaired"						Saldo contábil 2017
Ativos não vencidos e não "impaired"	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor contábil 2017	
Caixa e equivalentes de caixa.....	43.131	-	-	-	-	-	43.131
Ao valor justo por meio do resultado.....	-	-	-	-	-	-	-
Privados.....	143.583	-	-	-	-	-	143.583
Públicos.....	1.458.819	-	-	-	-	-	1.458.819
Exterior.....	768.972	-	-	-	-	-	768.972
Disponíveis para venda.....	-	-	-	-	-	-	-
Privados.....	224.368	-	-	-	-	-	224.368
Públicos.....	3.117.063	-	-	-	-	-	3.117.063
Exterior.....	249.057	-	-	-	-	-	249.057
Mantido até o vencimento.....	-	-	-	-	-	-	-
Privados.....	-	-	-	-	-	-	-
Créditos com operações seguradora e resseguradora.....	3.869.138	251.129	126.175	152.469	68.839	220.606	4.688.356
<b>Total de ativos financeiros e ativos de seguro e resseguro.....</b>	<b>9.874.131</b>	<b>251.129</b>	<b>126.175</b>	<b>152.469</b>	<b>68.839</b>	<b>220.606</b>	<b>10.693.349</b>

O risco de liquidez está associado ao risco da Companhia, mesmo solvente, não ter recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma temporária, ou cumprá-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras. Para gerir este risco, busca-se alocar uma reserva mínima em fundos de elevada liquidez, para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos, ao longo do tempo, conforme apresentado na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de 0 a 12 meses.....	6.825.519	3.861.729	6.840.977	3.861.910
Fluxo de 12 a 24 meses.....	1.124.576	1.917.507	1.124.679	1.917.598
Fluxo de 24 a 36 meses.....	714.800	1.080.202	715.265	1.080.255
Fluxo de 36 a 48 meses.....	172.523	572.624	172.554	572.652
Fluxo acima de 48 meses.....	377.768	1.280.615	377.858	1.280.679
	9.215.186	8.712.677	9.231.333	8.713.094

(\*) O fluxo de ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos disponíveis para garantia, caixa e equivalentes de caixa e ativos de retrocessão e direitos creditórios.  
(\*\*) O fluxo de passivos é composto pelas provisões técnicas de resseguro.

**2.8. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo**  
A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:  
(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.  
(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com valor justo em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.  
O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

**2.9. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial**  
A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:  
(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.  
(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, com preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).  
(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
	Nível	2018	2017	2018
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	1.066.185	7.028	1.066.185
Operações compromissadas.....	Nível 1	392.385	313.068	392.634
Quotas de fundos de investimentos.....	Nível 1	76.878	173.240	115.738
Depósitos a prazo fixo.....	Nível 1	640.404	277.223	640.404
Quotas de fundos de renda variável.....	Nível 1	32.068	26.585	31.549
Ações de empresas nacionais.....	Nível 1	51.437	9.228	51.437
Ações no exterior.....	Nível 3	-	233.500	-
Debêntures.....	Nível 1	1.666	1.309	1.666
Debêntures Inepar.....	Nível 3	11.858	11.798	11.858
Depósitos a prazo fixo.....	Nível 2	-	46.500	-
Fundos imobiliários.....	Nível 1	8.213	-	8.213
Títulos Públicos no Exterior.....	Nível 1	51.690	-	51.690
Outros.....	Nível 2	182	632	-
<b>Total.....</b>		<b>2.332.966</b>	<b>1.100.111</b>	<b>2.371.374</b>

Ativos financeiros disponíveis para venda				
	Nível	2018	2017	2018
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	2.651.667	3.363.989	2.651.667
Letras do tesouro nacional.....	Nível 1	-	219.820	-
Notas do tesouro nacional.....	Nível 1	443.848	401.155	443.848
Quotas Fundos Exclusivos.....	Nível 1	140.529	-	140.529
Fundos imobiliários.....	Nível 1	-	29.094	48.004
Debêntures.....	Nível 1	26.338	20.563	26.338
Letras financeiras.....	Nível 1	25.901	89.851	25.901
Operações compromissadas.....	Nível 1	21.528	48.938	21.548
Nota comercial.....	Nível 1	2.506	1.019	2.506
Outros.....	Nível 2	94	17	-
Títulos Públicos no Exterior.....	Nível 1	197.150	93.990	197.150
American Depositary Receipts - ADR.....	Nível 1	6.553	4.425	6.553
Títulos de renda fixa no exterior.....	Nível 1	29.875	29.347	29.875
U.S. Treasury securities Obligations of U.S. and agencies.....	Nível 2	-	-	6.819
U.S. Government corporations and agencies.....	Nível 2	-	2.043	1.432
Non-U.S. Government.....	Nível 1	-	-	1.019
Sec Issued by States & Terr.....	Nível 2	-	1.025	219
Corporate securities.....	Nível 2	-	4.721	4.428
Short-term investments.....	Nível 1	-	871	1.282
<b>Total.....</b>		<b>3.545.989</b>	<b>4.273.114</b>	<b>3.590.488</b>

**2.9.1. Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Valor contábil	-	-	285.733	285.733
Valor de mercado	-	-	285.733	285.733

**2.9.2. Métodos e pressupostos utilizados na estimativa do valor justo do ativo**  
Todos os métodos e pressupostos para avaliação na curva e a mercado, após a definição do tipo de marcação para cada ativo, seguem exclusivamente as técnicas expressas nos manuais de marcação de ativos do IRB Brasil RE, que é inteiramente compatível com os manuais de marcação dos custodiantes, que prestam serviço e são os responsáveis pelo cálculo da marcação, tanto a mercado quanto na curva. Na "marcação na curva" é fixada a taxa de aquisição dos instrumentos financeiros ora em questão e utilizada como referência para cálculo dos juros para todo o horizonte da referida aplicação financeira, reconhecendo a valorização do ativo financeiro de forma "pró-rata temporis", ou seja, considerando o valor de compra do título mais a incorporação diária dos juros, proporcional ao tempo em que o título já incorreu desde a sua emissão, apropriado diariamente. Este tipo de marcação, portanto, não implica em perdas, desde que ele não seja vendido. Como o cálculo sempre considera o valor de compra mais uma apropriação diária de juros, a rentabilidade é sempre positiva. A regra de marcação pela curva tem efeitos finais similares à de marcação a mercado, desde que o título não precise ser vendido antes do vencimento. Para a marcação a mercado, se fazem necessárias a utilização de curvas de expectativas de taxas futuras, utilizadas para realizar o cálculo dos valores presentes de cada título. Nesses casos, quando necessária a construção de estruturas de taxas a termo, tal mapeamento é estabelecido de acordo com as expectativas do mercado para as taxas de juros em prazos distintos, e as curvas são construídas com base na observação de preços de instrumentos de renda fixa para prazos determinados, contemplando todos os vértices líquidos (negociados no último dia útil) e fazendo uso primariamente dos preços disponibilizados pela ANBIMA. Esse mapeamento, muito embora seja contínuo, apenas pode ser observado para prazos específicos. Dessa forma, é necessário estimar a curva de juros para prazos que não possuem taxas atreladas ou negociadas no mercado, que no IRB Brasil RE, é feita utilizando interpolação exponencial.

**2.10. Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital**  
A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, estabelecem a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da liquidez e solvência. Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:  
I. Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.  
II. Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.  
III. Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.  
IV. Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100,0% na cobertura das provisões técnicas.  
V. Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20,0% do capital de risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

**2.10.1. Cálculo do capital mínimo requerido**  
A Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado, na data-base de 31 de dezembro de 2018, considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Capital de risco baseado em risco de subscrição.....	667.619	523.073	667.619	523.073
Capital de risco baseado em risco de crédito.....	269.891	324.364	269.891	324.364
Capital de risco baseado em risco operacional.....	42.329	33.518	42.329	33.518
Capital de risco baseado em risco de mercado.....	158.695	82.900	158.695	82.900
Benefício da diversificação de riscos.....	(202.721)	(161.909)	(202.721)	(161.909)
<b>Capital de risco total (***).....</b>	<b>935.813</b>	<b>801.946</b>	<b>935.813</b>	<b>801.946</b>
Capital base.....	60.000	60.000	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (***).....	935.813	801.946	935.813	801.946
Patrimônio líquido ajustado (*)......	3.003.046	2.593.474	3.003.046	2.593.474
<b>Suficiência de patrimônio líquido ajustado.....</b>	<b>2.067.233</b>	<b>1.791.528</b>	<b>2.067.233</b>	<b>1.791.528</b>

(\*) Patrimônio líquido utilizado para fins de apuração de solvência.  
(\*\*) O maior entre o capital de risco total e o capital base.  
(\*\*\*) O valor do capital de risco foi alterado, para a data-base de 31 de dezembro de 2017, devido a ajustes efetuados no cálculo do capital baseado no risco de crédito.

	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
<b>Patrimônio líquido</b>	4.000.7808	3.581.183	4.000.7808	3.581.183
Deduções	-	-	-	-
Despesas antecipadas.....	(11.886)	(6.103)	(11.886)	(6.103)
Participações societárias.....	(630.976)	(623.353)	(630.976)	(623.353)
Intangíveis.....	(42.453)	(54.097)	(42.453)	(54.097)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior.....	(90.563)	(103.312)	(90.563)	(103.312)
Créditos tributários (***).....	(279.383)	(228.626)	(279.383)	(228.626)
Outras deduções.....	(50)	(50)	(50)	(50)
Ajustes econômicos.....	57.577	27.832	57.577	27.832
<b>Patrimônio líquido ajustado.....</b>	<b>3.003.046</b>	<b>2.593.474</b>	<b>3.003.046</b>	<b>2.593.474</b>

(\*\*\*) O valor referente ao crédito tributário deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 10.1), que ultrapassa a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).  
**2.10.2. Liquidez em relação ao capital de risco**  
A Companhia apresenta, na data-base de 31 de dezembro, níveis suficientes de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superando a taxa mínima estabelecido pelo normativo vigente, para este montante. A tabela abaixo apresenta o resultado do cálculo da liquidez em relação ao capital de risco:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Ativos elegíveis (*).....</b>	<b>5.618.963</b>	<b>5.155.857</b>	<b>5.618.963</b>	<b>5.155.857</b>
Provisões técnicas.....	(8.712.677)	(8.074.546)	(8.712.677)	(8.074.546)
Ativos de retrocessão.....	3.084.435	3.295.527	3.084.435	3.295.527
Ativos redutores.....	(818.026)	(701.966)	(818.026)	(701.966)
Direitos creditórios.....	1.302.813	991.258	1.302.813	991.258
Cobertura de 20,0% do capital de risco total (**)......	(181.957)	(165.826)	(181.957)	(165.826)
<b>Suficiência de liquidez.....</b>	<b>293.551</b>	<b>500.304</b>	<b>293.551</b>	<b>500.304</b>

(\*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas.  
(\*\*) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, o capital de risco utilizado para fins de apuração da liquidez deve desconsiderar os fluxos não registrados utilizados no cálculo do capital de risco baseado em riscos de mercado.

**Ativos elegíveis (\*).....**  
Provisões técnicas.....  
Ativos de retrocessão.....  
Ativos redutores.....  
Direitos creditórios.....  
Cobertura de 20,0% do capital de risco total (\*\*).  
**Suficiência de liquidez.....**

(\*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas.  
(\*\*) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, o capital de risco utilizado para fins de apuração da liquidez deve desconsiderar os fluxos não registrados utilizados no cálculo do capital de risco baseado em riscos de mercado.  
**Seção C – Informações por segmento**  
**3. Informações por segmento de negócios**  
**3.1. Demonstrações de resultados por segmentos**  
Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva, que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Prêmios emitidos.....</b>	<b>6.035.512</b>	<b>5.060.851</b>	<b>6.035.512</b>	<b>5.060.851</b>
Prêmio emitido - país.....	3.639.559	3.228.231	3.639.559	3.228.231
Prêmio emitido - exterior.....	2.395.953	1.832.620	2.395.953	1.832.620
<b>Prêmios ganhos.....</b>	<b>5.764.638</b>	<b>4.737.772</b>	<b>5.764.638</b>	<b>4.737.772</b>
Prêmio ganho - país.....	3.418.822	3.084.906	3.418.822	3.084.906
Prêmio ganho - exterior.....	2.345.816	1.652.866	2.345.816	1.652.866
<b>Sinistros ocorridos.....</b>	<b>(2.820.647)</b>	<b>(2.484.074)</b>	<b>(2.820.647)</b>	<b>(2.484.074)</b>
Sinistro ocorrido - país.....	(832.588)	(1.339.528)	(832.588)	(1.339.528)
Sinistro ocorrido - exterior.....	(1.988.059)	(1.144.546)	(1.988.059)	(1.144.546)
<b>Custo de aquisição - país.....</b>	<b>(140.720)</b>	<b>(133.129)</b>	<b>(140.720)</b>	<b>(133.129)</b>
Custo de aquisição - país.....	(64.558)	(66.101)	(64.558)	(66.101)
Custo de aquisição - exterior.....	(76.162)	(67.028)	(76.162)	(67.028)
<b>Resultado com retrocessão.....</b>	<b>(1.450.923)</b>	<b>(1.188.729)</b>	<b>(1.450.923)</b>	<b>(1.188.729)</b>
Resultado com retrocessão - país.....	(1.363.339)	(1.123.437)	(1.363.339)	(1.123.437)
Resultado com retrocessão - exterior.....	(87.584)	(65.292)	(87.584)	(65.292)
<b>Margem bruta.....</b>	<b>1.352.348</b>	<b>931.840</b>	<b>1.352.348</b>	<b>931.840</b>
Margem bruta - país.....	1.158.337	555.840	1.158.337	555.840
Margem bruta - exterior.....	194.011	376.000	194.011	376.000
Outras receitas e despesas operacionais.....	(18.292)	(41.210)	(18.292)	(41.210)
Despesas administrativas.....	(221.530)	(264.685)	(221.530)	(264.685)
Despesas com tributos.....	(144.816)	(77.456)	(144.816)	(77.456)
<b>Resultado operacional.....</b>	<b>967.710</b>	<b>548.489</b>	<b>967.710</b>	<b>548.489</b>
Resultado financeiro.....	314.731	648.150	314.731	648.150
Resultado patrimonial.....	138.884	55.001	138.884	55.001
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....	(28)	36	(28)	36
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>1.421.297</b>	<b>1.251.676</b>	<b>1.421.297</b>	<b>1.251.676</b>
Imposto de renda e contribuição social.....	(202.501)	(326.626)	(202.501)	(326.626)
<b>Lucro líquido do exercício.....</b>	<b>1.218.796</b>	<b>925.050</b>	<b>1.218.796</b>	<b>925.050</b>

A Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, que foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, conforme demonstrado a seguir:



continuação

	Controladora 2017						
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros - %
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado	
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>							
Letras Financeiras do Tesouro	7.028	7.028	3.360.541	3.363.989	-	SELIC	3.371.017
Notas do Tesouro Nacional	-	-	420.569	401.155	-	IPCA + 3,8% a.a.	401.155
Letras do Tesouro Nacional	-	-	221.137	219.820	-	9,2% a.a.	219.820
Operações compromissadas	313.068	313.068	48.938	48.938	-	SELIC	362.006
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>							
Debêntures	13.107	13.107	20.503	20.563	-	110,0% CDI	33.670
Depósito a prazo fixo	46.500	46.500	-	-	-	-	46.500
Letras Financeiras	-	-	89.624	89.851	285.733	106,4% CDI	375.584
Notas comerciais	-	-	1.018	1.019	-	106,8% CDI	1.019
Quotas fundos exclusivos	77.029	77.029	-	-	-	-	77.029
Outros	632	632	17	17	-	-	649
<b>Títulos de renda variável</b>	<b>32.571</b>	<b>35.813</b>	-	-	-	-	<b>35.813</b>
<b>Total</b>	<b>489.935</b>	<b>493.177</b>	<b>4.162.347</b>	<b>4.145.352</b>	<b>285.733</b>	<b>285.733</b>	<b>4.924.262</b>
%	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	-	19,5%	-	75,9%	-	5,0%	100,0%
Não circulante	-	1.100.111	-	161.813	-	285,733	4.111.301

	Consolidado 2018						
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros - %
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado	
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>							
Letras Financeiras do Tesouro	1.066.185	1.066.185	2.651.244	2.651.667	-	SELIC	3.717.852
Notas do Tesouro Nacional	-	-	439.031	443.848	-	8,48% a.a.	443.848
Operações compromissadas	392.634	392.634	21.548	21.548	-	SELIC	414.182
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>							
Debêntures	13.524	13.524	26.282	26.338	105,43% CDI	39,862	105,43% CDI
Letras Financeiras	-	-	25.828	25.901	105,1% CDI	25,901	105,1% CDI
Notas Comerciais	-	-	2.506	2.506	2,14% CDI	2,506	2,14% CDI
Quotas Fundos Exclusivos	8.213	8.213	140.486	140.529	-	-	148.742
Fundos Imobiliários	-	-	29.268	29.094	-	-	29.094
Quotas de Fundos de Investimentos não Exclusivos	38.860	38.860	-	-	-	-	38.860
<b>Títulos de Renda Variável</b>							
Quotas Fundos Exclusivos	31.549	31.549	-	-	-	-	31.549
Ações de empresas nacionais	51.437	51.437	-	-	-	-	51.437
<b>Total</b>	<b>1.602.402</b>	<b>1.602.402</b>	<b>3.336.193</b>	<b>3.341.431</b>	-	-	<b>4.943.833</b>
%	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	-	19,5%	-	75,9%	-	5,0%	100,0%
Não circulante	-	1.100.111	-	161.813	-	285,733	4.111.301

	Consolidado 2017						
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros - %
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado	
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>							
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	3.360.541	3.363.989	-	SELIC	3.363.989
Notas do Tesouro Nacional	-	-	420.569	401.155	-	IPCA + 3,8% a.a.	401.155
Letras do Tesouro Nacional	7.028	7.028	221.137	219.820	-	9,2% a.a.	226.848
Operações compromissadas	313.133	313.133	48.956	48.956	-	SELIC	362.089
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>							
Debêntures	13.107	13.107	20.503	20.563	-	110,0% CDI	33.670
Depósito a prazo fixo	46.500	46.500	-	-	-	-	46.500
Letras Financeiras	-	-	89.624	89.851	285.733	105,4% CDI	375.584
Notas Comerciais	-	-	1.018	1.019	-	106,8% CDI	1.019
Fundos Imobiliários Não exclusivos	-	-	50.044	48.004	-	-	48.004
Quotas Fundos Exclusivos	77.029	77.029	-	-	-	-	77.029
Quotas Fundos Não Exclusivos	94.520	94.520	-	-	-	-	94.520
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>32.571</b>	<b>35.813</b>	-	-	-	-	<b>35.813</b>
<b>Total</b>	<b>583.888</b>	<b>587.130</b>	<b>4.212.392</b>	<b>4.193.357</b>	<b>285.733</b>	<b>285.733</b>	<b>5.066.220</b>
%	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	-	19,5%	-	74,6%	-	4,9%	100,0%
Não circulante	-	1.194.064	-	116.560	-	285,733	4.219.705

(I) Depósitos a prazo fixo no exterior  
Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do Citibank (99,0%) e Banco Patagônia (1,0%), cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e o peso argentino. Deste valor total de *time deposits*, 47,0% são mantidos em contrapartida a outros títulos emitidos pelas instituições financeiras em favor da Companhia.

6.1.1. Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora 2018				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.124	-	1.059.061	1.066.185
Operações compromissadas	-	392.385	-	-	392.385
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Debêntures	13.524	-	-	-	13.524
Fundos Imobiliários	8.213	-	-	-	8.213
Outros	182	-	-	-	182
<b>Títulos de Renda Variável</b>					
Ações de empresas nacionais	82.986	-	-	-	82.986
Outros	519	-	-	-	519
<b>Aplicações no Exterior</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	76.878	-	-	-	76.878
Depósito a prazo fixo no exterior	-	640.404	-	-	640.404
<b>Total</b>	<b>182.302</b>	<b>1.091.603</b>	<b>-</b>	<b>1.059.061</b>	<b>2.332.966</b>
<b>Disponível para venda</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	38.465	2.613.202	2.651.667
Notas do Tesouro Nacional	-	-	443.848	443.848	443.848
Operações compromissadas	-	21.528	-	-	21.528
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Debêntures	-	-	-	26.338	26.338
Letras Financeiras	-	-	-	140.529	140.529
Nota Comercial	-	-	-	2.506	2.506
<b>Aplicações no Exterior</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	-	-	-	-	-
American Deposits Receipt	-	-	-	6.553	6.553
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	-	5.674	5.674
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	-	1.795	1.795
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	-	294	294
Non-U.S. Government	-	-	-	871	871
Sec Issued by States & Terr	-	-	-	116	116
Corporate Securities	-	-	-	1.096	1.096
<b>Total</b>	<b>147.082</b>	<b>33.900</b>	<b>43.118</b>	<b>3.366.388</b>	<b>3.590.488</b>
%	-	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-

	Consolidado 2018				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.124	-	1.059.061	1.066.185
Operações compromissadas	-	392.634	-	-	392.634
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Debêntures	13.524	-	-	-	13.524
Fundos Imobiliários	8.213	-	-	-	8.213
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	38.860	-	-	-	38.860
<b>Títulos de Renda Variável</b>					
Quotas Fundos Exclusivos	31.549	-	-	-	31.549
Ações de empresas nacionais	51.437	-	-	-	51.437
<b>Aplicações no Exterior</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	76.878	-	-	-	76.878
Depósito a prazo fixo no exterior	-	640.404	-	-	640.404
<b>Total</b>	<b>220.461</b>	<b>1.091.852</b>	<b>-</b>	<b>1.059.061</b>	<b>2.371.374</b>
<b>Disponível para venda</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	38.465	2.613.202	2.651.667
Notas do Tesouro Nacional	-	-	443.848	443.848	443.848
Operações compromissadas	-	21.548	-	-	21.548
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Fundos Imobiliários	-	-	-	29.094	29.094
Debêntures	-	-	-	26.338	26.338
Quotas de Fundos Exclusivos	140.529	-	-	140.529	140.529
Letras Financeiras	-	-	-	25.901	25.901
Nota Comercial	-	-	-	2.506	2.506
<b>Aplicações no Exterior</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	-	-	-	-	-
American Deposits Receipt	-	-	-	6.553	6.553
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	-	5.674	5.674
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	-	1.795	1.795
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	-	294	294
Non-U.S. Government	-	-	-	871	871
Sec Issued by States & Terr	-	-	-	116	116
Corporate Securities	-	-	-	1.096	1.096
<b>Total</b>	<b>147.082</b>	<b>33.900</b>	<b>43.118</b>	<b>3.366.388</b>	<b>3.590.488</b>
%	-	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-

	Consolidado 2017				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.768	-	260	7.028
Operações compromissadas	-	313.133	-	-	313.133
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Debêntures	13.107	-	-	-	13.107
Depósito a prazo fixo	46.500	-	-	-	46.500
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos	77.029	-	-	-	77.029
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	94.520	-	-	-	94.520
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>35.813</b>				<b>35.813</b>
<b>Aplicações no Exterior</b>					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	96.211	-	-	-	96.211
Depósito a prazo fixo no exterior	-	277.223	-	-	277.223
Outras aplicações no exterior	233.500	-	-	-	233.500
<b>Total</b>	<b>596.680</b>	<b>597.124</b>	<b>-</b>	<b>260</b>	<b>1.194.064</b>
<b>Disponível para venda</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	9.343	56.103	2.212.677
Notas do Tesouro Nacional	-	-	16.227	19.254	1.541.391
Operações compromissadas	-	-	-	-	48.956
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Fundos Imobiliários Não exclusivos	-	-	-	48.004	48.004
Debêntures	-	1.664	607	18.292	20.563
Letras Financeiras	-	-	-		



continuação

	Consolidado 2018			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	250.544	10.835	81.577	342.956
Automóvel.....	1.718	37	10.903	12.658
Habitacional.....	139	-	7	146
Marítimos.....	23.862	1.259	4.820	29.941
Nucleares.....	33	-	-	33
Patrimonial.....	707.140	75.614	143.544	926.208
Pessoas.....	13.186	1.448	10.589	25.223
Petróleo.....	62.216	301	7.974	70.491
Responsabilidades.....	186.287	22.691	68.647	277.625
Riscos financeiros.....	54.816	5.411	30.009	90.236
Rural.....	21.832	4.066	4.428	30.326
Transportes.....	188.918	381	26.099	215.398
Aceitações do exterior.....	66.350	-	14.826	81.176
Sucursais no exterior.....	8.163	-	6.381	14.544
<b>Total.....</b>	<b>1.585.204</b>	<b>122.043</b>	<b>409.714</b>	<b>2.116.961</b>

	Consolidado 2017			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	326.728	8.228	179.557	514.513
Automóvel.....	2.357	37	646	3.040
Habitacional.....	145	-	45	190
Marítimos.....	23.252	1.796	5.080	30.128
Patrimonial.....	796.084	63.877	218.535	1.078.496
Pessoas.....	21.869	1.387	13.044	36.300
Petróleo.....	53.261	237	10.539	64.037
Responsabilidades.....	210.750	30.398	21.599	262.747
Riscos financeiros.....	77.138	4.790	59.556	141.484
Rural.....	40.281	4.193	9.602	54.076
Transportes.....	168.611	1.084	4.739	174.434
Aceitações do exterior.....	38.196	-	15.687	53.883
Sucursais no exterior.....	38.701	-	527	39.228
<b>Total.....</b>	<b>1.797.373</b>	<b>116.027</b>	<b>539.156</b>	<b>2.452.556</b>

### 8.1.1. Movimentação

	Controladora			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016.....	2.292.696	724.582	3.017.278	5.034.556
Liquidação de sinistros.....	(3.895.258)	(273.372)	(4.168.630)	(8.337.260)
Constituição de provisão de sinistros.....	3.486.704	88.321	3.575.025	7.150.050
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>1.884.142</b>	<b>539.531</b>	<b>2.423.673</b>	<b>4.853.346</b>

	Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....	1.884.142	539.531	2.423.673	4.853.346
Liquidação de sinistros.....	(1.109.325)	(212.238)	(1.321.563)	(2.643.126)
Constituição de provisão de sinistros.....	932.013	82.821	1.014.834	2.029.668
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018.....</b>	<b>1.706.830</b>	<b>410.114</b>	<b>2.116.944</b>	<b>4.233.888</b>

	Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016.....	3.222.398	724.582	3.046.980	6.993.960
Liquidação de sinistros.....	(3.866.000)	(273.372)	(4.139.372)	(8.278.744)
Constituição de provisão de sinistros.....	3.457.002	87.946	3.544.948	7.089.896
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>1.913.400</b>	<b>539.156</b>	<b>2.452.556</b>	<b>4.905.112</b>

	Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....	1.913.400	539.156	2.452.556	4.905.112
Liquidação de sinistros.....	(1.138.166)	(212.238)	(1.350.404)	(2.700.808)
Constituição de provisão de sinistros.....	932.013	82.796	1.014.809	2.029.618
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018.....</b>	<b>1.707.247</b>	<b>409.714</b>	<b>2.116.961</b>	<b>4.233.922</b>

### 8.2. Prêmios de retrocessão diferidos

	Controladora e Consolidado 2018															
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida					
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE		Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE			
Aeronáuticos.....	26.477	4.426	418	(89)	(41)	(12)	31.779	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Automóvel.....	2.967	1.311	-	(38)	(17)	-	4.223	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitacional.....	-	31	-	-	-	-	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marítimos.....	20.768	4.384	2.229	(909)	(248)	(97)	26.127	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nucleares.....	13.491	-	1.432	(1.012)	-	(107)	13.804	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimonial.....	349.555	58.152	33.117	(11.383)	(5.663)	(1.559)	422.219	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas.....	10.558	4.425	1.432	(987)	(1.648)	(88)	13.692	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo.....	170.321	7.230	23.862	(5.996)	(185)	(1.088)	194.144	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades.....	44.720	28.402	1.646	(3.021)	(2.266)	(105)	69.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Riscos financeiros.....	14.812	-	1.721	(93)	-	(102)	16.338	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural.....	19.542	139	1.122	(405)	(50)	(194)	20.154	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes.....	22.792	16.849	12.358	(1.941)	(1.941)	(2.914)	45.203	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aceitações do exterior.....	88.847	363	1.805	(326)	(13)	(112)	90.564	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sucursais no exterior.....	9.842	2.655	-	(918)	(688)	-	10.891	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total.....</b>	<b>794.692</b>	<b>128.367</b>	<b>81.142</b>	<b>(27.118)</b>	<b>(12.760)</b>	<b>(6.378)</b>	<b>957.945</b>	<b>929.100</b>	<b>28.845</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 8.2.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado 2017															
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida					
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE		Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE			
Aeronáuticos.....	34.133	3.938	2.007	(115)	(16)	(50)	39.897	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Automóvel.....	2.287	999	398	(80)	(35)	(17)	3.552	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitacional.....	-	-	5	-	-	(1)	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marítimos.....	14.240	7.178	1.360	(125)	(370)	(50)	22.233	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nucleares.....	11.427	-	1.319	(857)	-	(99)	11.790	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimonial.....	319.513	66.584	45.415	(12.058)	(3.275)	(2.460)	413.737	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas.....	4.561	11.923	1.737	(676)	(475)	(232)	16.838	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo.....	140.273	15.751	8.805	(4.609)	(394)	(625)	159.201	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades.....	35.224	19.063	3.049	(1.760)	(3.022)	(317)	52.237	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Riscos financeiros.....	8.146	-	1.284	(68)	-	(277)	9.085	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural.....	25.172	5.101	1.022	(2.553)	(1.804)	(215)	26.723	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes.....	15.261	13.660	10.749	(449)	(1.521)	(2.069)	35.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aceitações do exterior.....	61.176	3.910	3.255	(1.116)	(869)	(207)	66.149	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sucursais no exterior.....	114	3.235	-	(3)	(130)	-	3.216	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total.....</b>	<b>671.527</b>	<b>151.342</b>	<b>80.405</b>	<b>(24.469)</b>	<b>(11.893)</b>	<b>(6.619)</b>	<b>860.293</b>	<b>810.820</b>	<b>49.473</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 8.2.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado 2018															
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida					
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE		Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE			
Saldos em 31 de dezembro de 2016.....	520.801	110.060	89.898	(28.455)	(11.801)	(7.522)	672.981	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento pelo risco.....	(395.795)	(124.779)	(39.838)	16.289	13.383	1.460	(529.280)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição.....	546.521	166.061	30.345	(12.303)	(13.475)	(557)	716.592	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>671.527</b>	<b>151.342</b>	<b>80.405</b>	<b>(24.469)</b>	<b>(11.893)</b>	<b>(6.619)</b>	<b>860.293</b>	<b>810.820</b>	<b>49.473</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Controladora				Consolidado			
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....	671.527	151.342	80.405	(24.469)	671.527	151.342	80.405	(24.469)
Diferimento pelo risco.....	(395.795)	(124.779)	(39.838)	16.289	(395.795)	(124.779)	(39.838)	16.289
Constituição.....	546.521	166.061	30.345	(12.303)	546.521	166.061	30.345	(12.303)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018.....</b>	<b>794.692</b>	<b>128.367</b>	<b>81.142</b>	<b>(27.118)</b>	<b>794.692</b>	<b>128.367</b>	<b>81.142</b>	<b>(27.118)</b>

### 8.3. Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos e a provisão de despesas relacionadas constitui cobertura das despesas relacionadas a sinistro.

	Controladora e Consolidado			
	2018	2017	2018	2017
Aeronáuticos.....	2.117	5,035	-	-
Automóvel.....	5	17	-	-
Marítimos.....	2	-	-	-
Patrimonial.....	2.166	3.770	-	-
Pessoas.....	6	6	-	-
Petróleo.....	1	-	-	-
Responsabilidades.....	1.926	380	-	-
Riscos financeiros.....	2.935	2.177	-	-
Rural.....	21	1	-	-
Transportes.....	367	175	-	-
<b>Total.....</b>	<b>9.546</b>	<b>11.561</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 9. Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>				
Valores a receber de Imóveis.....	23.200	-	31.918	9.977
Valores a receber de acordos judiciais.....	4.200	3.939	4.200	3.939
Adiantamento a fornecedores.....	1.450	6.147	1.450	6.147
Adiantamento a funcionários.....	849	442	849</	



continuação

### 17.2.2. Operações com corretores e demais débitos

	Controladora		Total
	Comissões	Outros débitos	
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	49.117	30.555	79.672
Comissão de corretagem a pagar.....	48.891	-	48.891
Comissão de corretagem paga.....	(17.698)	-	(17.698)
Outros débitos a pagar.....	-	808	808
Variação cambial.....	2.449	513	2.962
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>82.759</b>	<b>31.876</b>	<b>114.635</b>

	Controladora		Total
	Comissões	Outros débitos	
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	82.759	31.876	114.635
Comissão de corretagem a pagar.....	133.908	-	133.908
Comissão de corretagem paga.....	(115.690)	-	(115.690)
Outros débitos pagos.....	-	8.354	8.354
Variação cambial.....	4.811	(3.983)	828
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018.....</b>	<b>105.788</b>	<b>36.247</b>	<b>142.035</b>

	Controladora		Total
	Comissões	Outros débitos	
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	49.117	30.555	79.672
Comissão de corretagem a pagar.....	48.891	-	48.891
Comissão de corretagem paga.....	(17.698)	-	(17.698)
Outros débitos a pagar.....	-	808	808
Variação cambial.....	2.719	513	3.232
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>83.029</b>	<b>31.876</b>	<b>114.905</b>

	Controladora		Total
	Comissões	Outros débitos	
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	83.029	31.876	114.905
Comissão de corretagem a pagar.....	133.908	-	133.908
Comissão de corretagem paga.....	(115.649)	-	(115.649)
Outros débitos pagos.....	-	8.354	8.354
Variação cambial.....	4.811	(3.983)	828
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018.....</b>	<b>106.099</b>	<b>36.247</b>	<b>142.346</b>

### 18. Depósitos de terceiros

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito.

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Até 30 dias.....	220.202	47.424
Entre 31 e 60 dias.....	38.756	94.002
Entre 61 e 120 dias.....	121.778	14.520
Entre 121 e 180 dias.....	31.698	2.574
Entre 181 e 365 dias.....	14.991	8.246
	<b>427.425</b>	<b>166.766</b>

### 19. Provisões técnicas

#### 19.1. Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

	Controladora e Consolidado					
	2018			2017		
	Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida		Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida	
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	22.504	9.643	3.765	(1.176)	(1.681)	(26)
Automóvel.....	6.360	2.226	817	(750)	(257)	-
Habitacional.....	3.091	8.361	967	(250)	(1.114)	-
Marítimos.....	32.737	7.801	12.113	(414)	(792)	(148)
Nucleares.....	13.931	-	1.467	-	-	-
Patrimonial.....	479.170	160.405	74.817	(13.114)	(31.074)	(1.143)
Pessoas.....	23.717	9.605	11.533	(133)	(1.722)	-
Petróleo.....	174.240	7.611	31.094	(2.007)	(4)	(298)
Responsabilidades.....	60.000	33.518	3.616	(1.371)	(7.457)	(53)
Riscos financeiros.....	165.377	67.832	4.769	(64.669)	(28.964)	(411)
Rural.....	76.970	274.645	11.601	(16.988)	(69.066)	(512)
Transportes.....	52.219	36.568	40.471	(3.309)	(6.701)	(3.723)
Acertações do exterior.....	203.633	417.995	68.192	(17.232)	(79.833)	(1.472)
Sucursais no exterior.....	38.753	20.833	-	(5.113)	(6.147)	-
	<b>1.352.702</b>	<b>1.057.043</b>	<b>265.222</b>	<b>(126.526)</b>	<b>(234.812)</b>	<b>(7.786)</b>

Circulante..... 2.147.178

Não circulante..... 158.665

	Controladora e Consolidado					
	2018			2017		
	Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida		Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida	
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	31.581	7.723	5.123	(1.201)	(1.219)	(292)
Automóvel.....	5.656	2.297	1.464	(736)	(390)	(290)
Habitacional.....	4.353	1.749	1.444	(164)	(259)	(684)
Marítimos.....	30.394	9.572	6.397	(1.803)	(475)	(379)
Nucleares.....	11.893	-	1.384	-	-	-
Patrimonial.....	481.327	119.383	82.937	(19.150)	(16.263)	(3.366)
Pessoas.....	16.229	15.928	13.265	-	(4.651)	(2.186)
Petróleo.....	151.363	16.580	13.656	(2.130)	-	(258)
Responsabilidades.....	48.581	22.482	4.917	(2.217)	(3.925)	(285)
Riscos financeiros.....	148.417	49.720	6.449	(58.297)	(21.199)	(2.085)
Rural.....	157.162	103.457	10.409	(37.620)	(24.793)	(2.454)
Transportes.....	44.042	21.986	28.822	(2.689)	(3.445)	(2.865)
Acertações do exterior.....	271.203	206.586	69.567	(32.379)	(41.323)	(2.411)
Sucursais no exterior.....	22.500	20.503	-	(2.566)	(5.120)	-
	<b>1.424.701</b>	<b>597.966</b>	<b>245.834</b>	<b>(160.952)</b>	<b>(123.062)</b>	<b>(17.580)</b>

Circulante..... 1.836.237

Não circulante..... 130.670

### 19.1.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	2018			2017		
	Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida		Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida	
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2016.....	1.325.957	453.976	220.386	(170.993)	(95.562)	(31.466)
Diferimento pelo risco.....	(582.824)	(323.798)	(88.312)	(115.912)	(61.263)	(14.906)
Constituição.....	681.568	467.788	113.760	(105.871)	(88.763)	(1.020)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>1.424.701</b>	<b>597.966</b>	<b>245.834</b>	<b>(160.952)</b>	<b>(123.062)</b>	<b>(17.580)</b>

	Controladora e Consolidado					
	2018			2017		
	Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida		Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida	
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....	1.424.701	597.966	245.834	(160.952)	(123.062)	(17.580)
Diferimento pelo risco.....	(713.115)	(278.157)	(56.217)	(97.726)	(52.789)	(12.707)
Constituição.....	641.116	737.234	75.605	(65.300)	(164.539)	(2.913)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018.....</b>	<b>1.352.702</b>	<b>1.057.043</b>	<b>265.222</b>	<b>(126.526)</b>	<b>(234.812)</b>	<b>(7.786)</b>

### 19.2. Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

	Controladora e Consolidado					
	2018			2017		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Aeronáuticos.....	295.199	14.793	122.051	295.199	14.793	122.051
Automóvel.....	125.405	23.144	40.651	125.405	23.144	40.651
Habitacional.....	19.130	866	10.246	19.130	866	10.246
Marítimos.....	102.105	2.196	20.266	102.105	2.196	20.266
Nucleares.....	2	-	2	-	-	-
Patrimonial.....	1.124.040	153.525	293.873	1.124.040	153.525	293.873
Pessoas.....	110.369	8.991	93.154	110.369	8.991	93.154
Petróleo.....	98.147	3.551	8.164	98.147	3.551	8.164
Responsabilidades.....	362.140	75.995	101.390	362.140	75.995	101.390
Riscos financeiros.....	152.368	11.864	112.263	152.368	11.864	112.263
Rural.....	158.365	10.639	190.292	158.365	10.639	190.292
Transportes.....	311.713	3.015	48.658	311.713	3.015	48.658
Acertações do exterior.....	932.668	-	830.022	933.085	-	830.022
Sucursais no exterior (*).....	125.098	-	128.038	125.098	-	128.038
	<b>3.916.749</b>	<b>305.383</b>	<b>1.999.068</b>	<b>3.917.166</b>	<b>305.383</b>	<b>1.999.068</b>

	Controladora e Consolidado					
	2017			2018		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Aeronáuticos.....	408.154	14.514	201.658	408.154	14.514	201.658
Automóvel.....	149.481	27.084	22.317	149.481	27.084	22.317
Habitacional.....	14.207	831	11.371	14.207	831	11.371
Marítimos.....	109.859	-	21.666	109.859	-	21.666
Patrimonial.....	1.375.778	138.856	397.360	1.375.778	138.856	397.360
Pessoas.....	146.893	7.706	77.665	146.893	7.706	77.665
Petróleo.....	73.619	279	15.209	73.619	279	15.209
Responsabilidades.....	432.796	97.467	41.974	432.796	97.467	41.974
Riscos financeiros.....	198.887	11.724	148.994	198.887	11.724	148.994
Rural.....	96.328	11.047	166.971	96.328	11.047	166.971
Transportes.....	279.600	2.280	37.098	279.600	2.280	37.098
Acertações do exterior.....	626.256	-	435.709	626.256	-	435.709
Sucursais no exterior (*).....	119.648	-	109.490	119.648	-	109.490
	<b>4.031.506</b>	<b>311.788</b>	<b>1.687.480</b>	<b>4.060.764</b>	<b>311.788</b>	<b>1.687.480</b>

(\*) Inclui reserva para risco de poluição ambiental, doenças e outros danos ocasionadas por vazamento de óleo. Essas estimativas compreendem um maior nível de incerteza em relação àquelas relacionadas aos demais riscos, em virtude de maior imprevisibilidade de ocorrência e desenvolvimento desse tipo de sinistro.

### 19.2.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	2017			2018		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Saldos em 31 de dezembro de 2016.....	4.982.898	1.547.368	4.982.898	1.547.368	4.982.898	1.547.368
Liquidação de sinistros.....	(1.823.374)	(353.821)	(1.823.022)	(353.518)	-	-
Constituição de provisão de sinistros.....	1.183.770	493.933	1.212.676	493.933	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>4.343.294</b>	<b>1.687.480</b>	<b>4.372.552</b>	<b>1.687.480</b>	<b>4.372.552</b>	<b>1.687.480</b>

	Controladora e Consolidado					
	2017			2018		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....	4.343.294	1.687.480	4.372.552	1.687.480	4.372.552	1.687.480
Liquidação de sinistros.....	(2.028.959)	(343.124)	(2.028.959)	(343.124)	-	-
Constituição de provisão de sinistros.....	1.907.797	654.712	1.878.956	654.712	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018.....</b>	<b>4.222.132</b>	<b>1.999.068</b>	<b>4.222.549</b>	<b>1.999.068</b>	<b>4.222.549</b>	<b>1.999.068</b>

### 19.2.2. Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica sinistros a liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou a divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora. São apresentados abaixo, os percentuais atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída:

	Controladora e Consolidado			
	2018			



continuação

**24.4. Ajuste de avaliação patrimonial**

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(76.161)</b>	<b>(65.289)</b>
Ganho originado do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	16.118	34.817
Ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	(22.506)	11.771
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	1.595	(82.287)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	(8.428)	(15.668)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(1.982)	40.211
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior (i)	(22.017)	284
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(113.381)</b>	<b>(76.161)</b>

(i) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

**24.5. Lucro por ação - básico e diluído**

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	1.218.796	925.050
Denominador (quantidade de ações em unidades)	310.415.400	310.415.400
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação		
<b>Lucro por ação</b>	<b>3,93</b>	<b>2,98</b>

A Resseguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

**24.6. Dividendos e Juros sobre capital próprio**

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
<b>I - Cálculo</b>		
Lucro líquido do exercício	1.218.796	925.050
Constituição de reserva legal (5,0%)	(60.940)	(46.252)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>1.157.856</b>	<b>878.798</b>
Imposto mínimo obrigatório (25,0%)	(289.464)	(219.700)
Dividendo adicional proposto a pagar	(578.928)	(439.399)
	<b>(868.392)</b>	<b>(659.099)</b>
<b>Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos</b>	<b>75,0%</b>	<b>75,0%</b>
<b>(-) Juros sobre capital próprio a ser considerado nos dividendos</b>	<b>220.933</b>	<b>217.829</b>
Bruto	245.951	241.780
Imposto de renda	(25.018)	(23.951)
Dividendo mínimo obrigatório	68.531	1.871
<b>Dividendo adicional proposto 2018 - R\$1,87 (2017 - R\$ 1,42) para ações ON e Golden Share</b>	<b>578.928</b>	<b>439.399</b>
<b>Retenção de lucro artigo 196 da Lei nº 6.404/76</b>	<b>510.397</b>	<b>437.528</b>
	<b>688.392</b>	<b>659.099</b>
	<b>510.397</b>	<b>437.528</b>
	<b>167.995</b>	<b>221.569</b>
	<b>167.995</b>	<b>221.569</b>
	<b>167.995</b>	<b>221.569</b>

	Controladora e Consolidado		
	Bruto	IRRF	Líquido
<b>II - Remuneração aos Acionistas</b>			
<b>Pagos/antecipados</b>			
Juros sobre o capital próprio	180.483	(18.406)	162.077
<b>Provisionado (registrados em outras obrigações - sociais e estatutárias)</b>			
Juros sobre o capital próprio	65.468	(6.612)	58.856
Dividendo mínimo obrigatório - saldo remanente	68.531	-	68.531
Dividendo adicional proposto R\$ 1,87 por ação (R\$1,87 para ações ON e Golden Share ON e Golden Share)	578.928	-	578.928
<b>Total da remuneração aos acionistas no exercício 2018</b>	<b>893.410</b>	<b>(25.018)</b>	<b>868.392</b>
<b>Total da remuneração aos acionistas no exercício 2017</b>	<b>683.050</b>	<b>(23.951)</b>	<b>659.099</b>

**25. Detalhamento das contas de resultado**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

**25.1. Prêmios ganhos - principais grupos de atuação**

	Controladora e Consolidado											
	Prêmios emitidos		Comissão sobre resseguros		Variação das provisões técnicas		Variação das provisões técnicas		Outras provisões técnicas		%	%
	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	Prêmios	Comissão
Aeronáuticos	74.711	(6.465)	15.655	(311)	(295)	83.295	141,6%	32,4%				
Automóvel	17.355	965	15	(409)	142	18.068	370,8%	-4,8%				
Habitacional	54.993	(3.690)	(4.873)	683	(5.552)	41.561	34,5%	8,9%				
Marítimos	101.291	(600)	(913)	(1.502)	(114)	98.162	22,0%	12,0%				
Nucleares	17.140	21	(638)	-	(211)	16.317	-0,3%	227,4%				
Patrimonial	1.256.655	(69.864)	(7.856)	5.832	(4.159)	1.180.608	1,5%	10,8%				
Pessoas	294.662	(29.681)	825	(5.415)	3.507	263.898	59,0%	12,6%				
Petróleo	537.021	(1.720)	3.555	(500)	226	538.582	11,4%	8,6%				
Responsabilidades	150.845	(14.482)	(17.256)	2.401	(143)	121.365	82,5%	-2,1%				
Riscos financeiros	309.586	(123.388)	(32.863)	12.430	(13.828)	151.937	0,1%	45,2%				
Rural	1.162.711	(296.153)	(92.160)	21.695	(76.497)	719.596	41,0%	28,6%				
Transportes	240.261	(32.615)	(29.520)	4.400	2.907	185.433	18,1%	17,8%				
Aceitação do exterior	2.584.137	(135.286)	(48.711)	9.789	823	2.230.752	77,4%	15,5%				
Sucursais no exterior	159.972	(32.870)	(15.704)	3.666	-	115.064	62,9%	23,0%				
<b>Total</b>	<b>6.961.340</b>	<b>(925.828)</b>	<b>(230.439)</b>	<b>52.759</b>	<b>(93.194)</b>	<b>5.764.638</b>	<b>56,0%</b>	<b>18,9%</b>				

	Controladora e Consolidado											
	Prêmios emitidos		Comissão sobre resseguros		Variação das provisões técnicas		Variação das provisões técnicas		Outras provisões técnicas		%	%
	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	Prêmios	Comissão
Aeronáuticos	53.473	(2.577)	37.534	(2.138)	(1.188)	85.104	359,0%	41,5%				
Automóvel	24.117	(3.952)	(1.961)	300	(147)	18.357	94,5%	24,9%				
Habitacional	63.878	(7.761)	1.070	(576)	(2.101)	54.510	11,5%	14,4%				
Marítimos	57.972	(2.955)	16.250	(271)	(3)	70.993	124,6%	11,5%				
Nucleares	16.397	1	(2.366)	(1)	14.031	45,5%	-190,4%					
Patrimonial	1.300.521	(63.337)	(47.996)	6.690	1.108	1.196.986	56,7%	3,4%				
Pessoas	291.942	3.751	1.925	(15.184)	(17.659)	248.775	71,7%	8,8%				
Petróleo	232.992	2.780	15.576	(5.542)	(15)	245.791	-5,2%	17,3%				
Responsabilidades	148.060	(12.025)	(13.723)	1.905	97	124.314	86,4%	2,4%				
Riscos financeiros	277.456	(116.823)	(19.150)	17.128	(5.748)	153.863	17,0%	42,8%				
Rural	1.057.367	(263.593)	(46.540)	11.219	(34.834)	723.619	50,8%	26,3%				
Transportes	186.279	(16.730)	(21.477)	4.090	(3.589)	148.573	91,5%	16,3%				
Aceitação do exterior	1.939.174	(216.236)	(160.496)	(1.323)	(19.022)	1.542.097	61,3%	16,7%				
Sucursais no exterior	133.666	(23.986)	1.187	(108)	-	110.759	72,1%	18,7%				
<b>Total</b>	<b>5.783.294</b>	<b>(722.443)</b>	<b>(240.167)</b>	<b>189</b>	<b>(83.101)</b>	<b>4.737.772</b>	<b>59,0%</b>	<b>17,9%</b>				

**25.2. Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação**

	Controladora e Consolidado					
	Sinistros diretos		Salvados e ressarcimentos		Variação de IBNR	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Aeronáuticos	28.927	15.373	99.003	141.303		
Automóvel	(32.055)	74	(18.554)	(50.535)		
Habitacional	(16.611)	-	1.125	(15.486)		
Marítimos	(27.073)	112	4.804	(22.157)		
Nucleares	(2)	-	-	(2)		
Patrimonial	(463.017)	193.378	117.392	(152.247)		
Pessoas	(147.242)	6	(15.470)	(162.706)		
Petróleo	(19.944)	-	9.056	(10.888)		
Responsabilidades	(54.727)	387	(59.999)	(114.339)		
Riscos financeiros	277	10.534	34.837	45.648		
Rural	(384.502)	1.813	(23.512)	(406.001)		
Transportes	(108.002)	35.703	(12.879)	(85.178)		
Aceitação do exterior	(1.594.230)	12.065	(325.489)	(1.907.654)		
Sucursais no exterior	(76.650)	138	(3.893)	(60.405)		
	<b>(2.894.851)</b>	<b>267.583</b>	<b>(193.379)</b>	<b>(2.820.647)</b>		

	Controladora e Consolidado					
	Sinistros diretos		Salvados e ressarcimentos		Variação de IBNR	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Aeronáuticos	(117.960)	2.209	72.248	(43.503)		
Automóvel	(20.178)	564	1.870	(17.744)		
Habitacional	(15.986)	-	8.986	(7.000)		
Marítimos	(87.322)	44	461	(86.817)		
Patrimonial	(507.990)	26.875	42.549	(438.566)		
Pessoas	(11.631)	-	(18.313)	(194.320)		
Petróleo	(65.755)	17	25.644	(40.094)		
Responsabilidades	(39.852)	30.400	70.547	61.095		
Riscos financeiros	(484.978)	933	(10.021)	(494.066)		
Rural	(121.712)	37.112	16.917	(67.683)		
Transportes	(725.962)	7.230	(319.503)	(1.038.235)		
Aceitação do exterior	(99.276)	124	(6.587)	(105.739)		
Sucursais no exterior	(2.474.609)	105.508	(114.973)	(2.484.074)		

**25.3. Custo de aquisição**

	Controladora e Consolidado					
	Custo de aquisição		Variação do custo de aquisição		Variação do custo de aquisição	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Aeronáuticos	(3.237)	(1.072)	(4.309)	(4.458)	129	(4.329)
Automóvel	(293)	(3)	(296)	(481)	3	(478)
Habitacional	(1.033)	54	(979)	(806)	(16)	(822)
Marítimos	(6.131)	888	(5.243)	(3.429)	(697)	(4.126)
Patrimonial	(17.375)	993	(16.382)	(19.358)	(543)	(19.901)
Pessoas	(2.887)	106	(2.781)	(3.388)	(39)	(3.427)
Petróleo	(20.860)	(175)	(21.035)	(14.763)	(4.103)	(18.866)
Responsabilidades	(2.496)	390	(2.106)	(2.145)	(1.091)	(3.236)
Riscos financeiros	(1.510)	221	(1.289)	(1.126)	(103)	(1.229)
Rural	(2.101)	465	(1.636)	(1.783)	(24)	(1.807)
Transportes	(10.199)	1.697	(8.502)	(9.336)	1.421	(7.915)
Aceitação do exterior	(66.729)	(3.471)	(70.202)	(72.752)	10.612	(62.140)
Sucursais no exterior	(6.605)	643	(5.962)	(6.439)	1.586	(4.853)
	<b>(141.456)</b>	<b>736</b>	<b>(140.720)</b>	<b>(140.264)</b>	<b>7.135</b>	<b>(133.219)</b>

**25.4. Resultado com retrocessão**

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
<b>Recursos com retrocessões (25.4.1)</b>	<b>288.505</b>	<b>252.761</b>
Recuperação de sinistros ocorridos	449.248	437.397
Recuperação de IBNR	(160.743)	(184.636)
<b>Despesas com retrocessões (25.4.2)</b>	<b>(1.736.473)</b>	<b>(1.401.615)</b>
Prêmios cedidos em retrocessão	(1.868.931)	(1.732.243)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão	105.999	147.343
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido	26.879	178.296
Variação das provisões técnicas - comissão ced		



continuação

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.401.904	1.326.917
Custo dos juros	124.018	132.169
(Ganho)/Perda atuarial	(44.369)	56.852
Benefícios pagos	(110.436)	(114.034)
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>1.371.117</b>	<b>1.401.904</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor justo inicial dos ativos do plano	1.966.036	1.939.573
Retorno ocorrido nos investimentos	181.288	204.103
Contribuições do empregador	32	19
Contribuições dos participantes do plano	55	82
Benefícios pagos	(110.436)	(114.034)
Retorno sobre os ativos	157.822	(63.707)
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>2.194.797</b>	<b>1.966.036</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	1.371.117	1.401.904
Valor justo dos ativos do plano	(2.194.797)	(1.966.036)
<b>Situação financeira</b>	<b>(823.680)</b>	<b>(564.132)</b>
Efeito do teto de ativos	823.680	564.132
<b>Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB:

	2018	2017
<b>Disponível</b>	<b>52</b>	<b>40</b>
<b>Realizável de investimentos</b>	<b>1.545.597</b>	<b>1.392.241</b>
Títulos públicos	266.803	356.505
Créditos privados e depósitos	200.804	47.866
Fundos de investimentos	170.295	182.300
Investimentos imobiliários	84.718	85.387
Empréstimos e financiamentos	5.863	5.569
<b>Exigível operacional de investimentos</b>	<b>2.274.132</b>	<b>2.069.908</b>

Outras exigibilidades (IOF) / Aluguéis e Renda

	2018	2017
	(1)	(1)
<b>Recursos contingencial de investimentos</b>	<b>(26.291)</b>	<b>(25.883)</b>
<b>Recursos garantidores</b>	<b>2.247.840</b>	<b>2.044.024</b>

Plano Pré-68

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 224 integrantes, em 31 de dezembro de 2018 (240 em 31 de dezembro de 2017), sendo 213 aposentados com idade média de 84,62 anos (83,97 anos em 31 de dezembro de 2017) e 11 pensionistas com idade média de 84,36 anos (84,17 anos em 31 de dezembro de 2017). O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no presente exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R\$ 20.715 (R\$ 19.256 em 31 de dezembro de 2017). Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R\$ 137.867 (R\$ 138.770 em 31 de dezembro de 2017), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Cabe esclarecer que o valor do contrato de vida firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68, foi atualizado, atingindo o montante de R\$ 149.951 (R\$ 154.270 em 31 de dezembro de 2017). Considerando-se que este grupo de participantes integra o Plano A da Fundação, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada apenas para facilitar a compreensão do processo.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do plano de benefício definido no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	138.770	142.609
Custo dos juros	11.923	13.525
Perda atuarial	7.889	1.892
Benefícios pagos	(20.715)	(19.256)
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>137.867</b>	<b>138.770</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Contribuições do empregador	20.715	19.256
Benefícios pagos	(20.715)	(19.256)
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2018 e os valores projetados para o exercício de 2019 são apresentados a seguir:

	2019	2018
Custo dos juros	11.180	11.923
<b>Despesa no final do exercício</b>	<b>11.180</b>	<b>11.923</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefício definido	137.867	138.770
<b>Situação financeira</b>	<b>137.867</b>	<b>138.770</b>
Restrição do déficit contratado	12.084	15.500
<b>Valor líquido de passivo de benefício definido</b>	<b>149.951</b>	<b>154.270</b>

**26.3. Outros benefícios a empregados**

**Assistência médica e odontológica**

A movimentação no valor presente da obrigação do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	300.100	202.793
Custo dos serviços correntes	117	442
Custo dos juros	25.985	21.811
(Ganho)/Perda atuarial	(9.408)	97.618
Benefícios pagos	(19.049)	(22.564)
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>297.745</b>	<b>300.100</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Contribuições do empregador	12.857	16.928
Contribuições dos participantes do plano	6.192	6.536
Benefícios pagos	(19.049)	(22.564)
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2018 e os valores projetados para o exercício de 2019 são apresentados a seguir:

	2019	2018
Custo dos serviços correntes	174	469
Custo dos juros	24.218	22.554
Valor esperado de contribuições dos empregados	(25.387)	(5.636)
<b>Despesa no final do exercício</b>	<b>(995)</b>	<b>17.387</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(297.745)	(300.100)
<b>Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos</b>	<b>(297.745)</b>	<b>(300.100)</b>

A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.647	1.464
Custo dos juros	147	149
Perda atuarial	163	83
Benefícios pagos	(14)	(49)
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>1.943</b>	<b>1.647</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Contribuições do empregador	14	49
Benefícios pagos	(14)	(49)
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2018 e os valores projetados para o exercício de 2019 são apresentados a seguir:

	2019	2018
Custo dos juros	164	147
<b>Despesa no final do exercício</b>	<b>164</b>	<b>147</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.943)	(1.647)
<b>Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos</b>	<b>(1.943)</b>	<b>(1.647)</b>

**Seguro de vida em grupo**

A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.556	1.322
Custo dos juros	135	138
Perda atuarial	475	295
Benefícios pagos	(287)	(199)
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>1.879</b>	<b>1.556</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Contribuições do empregador	287	199
Benefícios pagos	(287)	(199)
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2018 e os valores projetados para o exercício de 2019 são apresentados a seguir:

	2019	2018
Custo dos juros	154	141
<b>Despesa no final do exercício</b>	<b>154</b>	<b>141</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.879)	(1.556)
<b>Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos</b>	<b>(1.879)</b>	<b>(1.556)</b>

**26.4. Obrigação total do IRB Brasil RE**

A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB Brasil RE entre circulante e não circulante:

	2018	2017
<b>Circulante</b>	<b>19.593</b>	<b>20.500</b>
Complementação de aposentadoria e pensões	18.679	17.623
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados	365	271
Seguro de vida em grupo	215	176
Auxílio funeral	111	85
<b>Não circulante</b>	<b>38.963</b>	<b>38.655</b>

Complementação de aposentadoria e pensões

Assistência médica e odontológica

Seguro de vida em grupo

Auxílio funeral

38.963

38.655

### 26.5. Consolidação dos efeitos - Benefício pós emprego

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e no patrimônio líquido - outros resultados abrangentes foram os seguintes:

Total dos valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Custo do serviço	-	-	117	442	-	-	117
Custo dos juros	11.923	13.525	26.267	22.098	-	-	38.192
Contribuições pagas	32	19	10.286	5.966	-	-	10.318
Outras movimentações	-	-	-	-	92	(151)	92
<b>Total valores reconhecidos</b>	<b>11.955</b>	<b>13.544</b>	<b>36.670</b>	<b>28.506</b>	<b>92</b>	<b>(151)</b>	<b>48.717</b>

Total dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
(Ganhos)/perdas atuariais	7.889	1.892	(8.770)	97.996	-	-	(881)
Outras movimentações	(3.416)	(17.586)	-	-	-	-	(3.416)
<b>Total valores reconhecidos</b>	<b>4.473</b>	<b>(15.694)</b>	<b>(8.770)</b>	<b>97.996</b>	<b>-</b>	<b>(4.297)</b>	<b>82.302</b>

### 26.6. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 33 - Benefícios a Empregados, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da Administração em relação às premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

#### Sensibilidade na taxa de desconto

PLANO A	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
Obrigação de benefício definido	1.594.658	1.439.536	1.307.983	1.195.529	
Impacto com o cenário principal	223.538	68.417	(63.136)	(175.590)	

PLANO B	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
Obrigação de benefício definido	118.085	114.892	112.254	110.049	
Impacto com o cenário principal	4.573	1.380	(1.258)	(3.463)	

PRE 68	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
Obrigação de benefício definido	151.951	142.299	133.672	125.928	
Impacto com o cenário principal	14.084	4.432	(4.195)	(11.939)	

Plano de Saúde	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
Obrigação de benefício definido	349.698	315.586	283.177	257.343	
Impacto com o cenário principal	51.952	15.839	(14.569)	(40.403)	

Auxílio Funeral	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
Obrigação de benefício definido	2.365	2.210	1.943	1.829	
Impacto com o cenário principal	422	266	-	(115)	

Seguro de Vida	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
Obrigação de benefício definido	2.096	1.947	1.815	1.699	
Impacto com o cenário principal	217	68	(64)	(180)	

#### Sensibilidade na tabela de mortalidade - BR-EMS 2015

PLANO A	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
Obrigação de benefício definido	1.666.710	1.498.111	1.356.022	1.235.260	
Impacto com o cenário principal	295.590	126.992	(15.097)	(135.859)	

PLANO B	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
Obrigação de benefício					



continuação

tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, alterando 25,0% para imposto de renda e 20,0% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

## 27.11. Benefícios a empregados

A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à fiação das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Brasil RE incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

## (a) Benefícios de aposentadoria

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável.

Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, além do risco atuarial atrelado aos benefícios de risco.

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do exercício.

## (b) Outros benefícios pós-emprego

Os planos de saúde, seguro de vida e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

O montante apurado das obrigações relativo a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

## 27.12. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

## 27.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica obrigações a pagar, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos adicionais propostos, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica proposta de distribuição de dividendos adicionais, no patrimônio líquido.

## 27.14. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos. A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

## (a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido é considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente, normalmente com periodicidade trimestral.

## (b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

## 27.15. Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas pelo regime de competência e são determinadas com base em conceitos e premissas definidas em nota técnica atuarial, conforme descrito na Nota 27.9(a).

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculadas atuarialmente.

## 27.16. Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. São apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

## 27.17. Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9/CPC 48 - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros que substitui o IAS 39 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do IFRS 9. O IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, *impairment* e *hedge accounting*. O IFRS 9 é efetivo para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de *hedge*, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornece informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de *hedge*, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

Em setembro de 2016, o IASB emitiu alterações ao IFRS 4/CPC 11 para tratar de questões decorrentes das diferentes datas efetivas do IFRS 9 e do novo padrão de contratos de seguro (IFRS 17). Em dezembro de 2017, a CVM através da Deliberação CVM 788, estabeleceu alterações semelhantes ao CPC 11. A SUSEP, até o momento, não se manifestou acerca do IFRS 9/CPC 48.

As alterações introduzem duas opções alternativas de aplicação do IFRS 9/CPC48 para as entidades emissoras de contratos no âmbito do IFRS 4/CPC 11: uma isenção temporária; e uma abordagem de sobreposição. A isenção temporária permite que as entidades elegíveis adiem a data de implementação do IFRS 9/CPC 48 para períodos anuais com início antes de 1º de janeiro de 2021 e continuem a aplicar o IAS 39/CPC 38 aos ativos e passivos financeiros. Uma entidade pode aplicar a isenção temporária do IFRS

9/CPC 48 se: (i) não tiver aplicado anteriormente nenhuma versão do IFRS 9/CPC 48, além dos requisitos para apresentação de ganhos e perdas em passivos financeiros designados como valor justo por meio do resultado; e (ii) suas atividades estão predominantemente relacionadas com o seguro em sua data de relatório anual que precede imediatamente 1º de abril de 2016. A abordagem de sobreposição permite que uma entidade que aplica o IFRS 9/CPC 48 reclassifique da demonstração do resultado para outros resultados abrangentes o valor do resultado obtido no final do exercício das demonstrações contábeis para os ativos financeiros designados, sendo o mesmo que se a seguradora tivesse aplicado o IAS 39/CPC 38 aos ativos financeiros designados.

Uma entidade pode aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Uma entidade pode começar a aplicar a abordagem de sobreposição quando aplica o IFRS 9/CPC 38 pela primeira vez.

Em 2017, a Administração realizou uma avaliação das alterações ao IFRS 4/CPC 11 na controladora e no consolidado e chegou à conclusão de que em ambos os casos suas atividades estão predominantemente relacionadas com o seguro na data base de 31 de dezembro de 2015. Até dezembro de 2018, não houve mudanças significativas nas atividades da Companhia que exigiram uma nova avaliação. A Administração verificou que o IRB Brasil RE cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17). Portanto, o IRB Brasil RE optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 aos seus ativos e passivos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018 até a data efetiva do IFRS 17.

O IFRS 9/CPC 48 exige que a classificação de ativos financeiros seja determinada por uma avaliação de modelo de negócios e teste de fluxos de caixa contratuais denominado "*Solely Payment of Principal and Interest*" (SPPI), isto é, ativos financeiros cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros que não passaram no teste de SPPI serão mensurados pelo valor justo através da demonstração de resultados. Para os ativos que passam no teste de SPPI, um teste de modelo de negócios avalia o objetivo de manter o ativo. Uma avaliação do modelo de negócios para ativos financeiros pode ser resumida da seguinte forma:

- Os ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado se forem mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos a fim de coletar fluxos de caixa contratuais (modelo de negócios "*Hold to collect*").
- Os ativos financeiros serão mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes se forem mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (modelo de negócio "*Hold to collect and sell*").
- Os ativos financeiros serão mensurados ao valor justo por meio do resultado se não atenderem aos critérios do modelo de negócios de "*Hold to collect*" ou "*Hold to collect and sell*".
- As entidades também têm a opção de designar um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado se isto elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (inconsistência contábil).

No intuito de gerar comparabilidade entre as empresas seguradoras que adotaram o IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 e o IRB Brasil RE, a Administração, em atendimento aos requerimentos de divulgação adicional dispostos nas alterações do IFRS 4/CPC 11, avaliou todos os seus ativos financeiros, no intuito de identificar aqueles cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. O quadro abaixo demonstra, de forma segregada, o valor justo ao final do atual exercício das demonstrações contábeis e o valor da alteração no valor justo durante esse exercício para os ativos financeiros que passam no teste de SPPI e para os outros ativos financeiros, isto é, ativos financeiros que não dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, que satisfaça à definição de mantido para negociação do IFRS 9/CPC 48 ou que seja gerenciado e cujo desempenho seja avaliado com base no valor justo.

## Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício

	Valor justo em 2018	Varição do valor justo entre 2017 e 2018
<b>Ativos financeiros - SPPIs</b> .....	<b>10.379.136</b>	<b>42.568</b>
Caixa e equivalente de caixa.....	43.131	-
Créditos das Operações.....	-	-
Seguradoras e Resseguradoras.....	4.688.356	21.835
Títulos de Créditos a receber.....	277.122	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (I).....	3.717.852	(3.025)
Notas do Tesouro Nacional.....	443.848	24.231
Operações Compromissadas.....	414.182	-
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Letras Financeiras.....	25.901	(154)
Títulos de Renda Variável.....	-	-
Ações de empresas nacionais.....	82.986	-
Aplicações no Exterior.....	-	-
Papéis de renda fixa (HSBC).....	29.875	(448)
Depósito a prazo fixo no exterior (iv).....	640.404	-
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.....	6.819	83
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies.....	2.043	11
Short-Term Investments.....	871	-
Sec Issued by States & Terr.....	1.025	7
Corporate Securities.....	4.721	28
Outros Ativos Financeiros.....	<b>591.335</b>	<b>(3.936)</b>
Quotas de Fundos de Investimento.....	-	-
Quotas Fundos Exclusivos.....	148.742	43
Quotas Fundos Não Exclusivos.....	38.860	-
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Debêntures.....	39.862	(4)
Notas Comerciais.....	2.506	(1)
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários.....	-	-
Fundos Imobiliários Não Exclusivos.....	29.094	1.866
Aplicações no Exterior.....	-	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	248.840	(4.562)
American Deposits Receipt (iii).....	6.553	(1.278)
Quotas de Fundos de Investimentos não Exclusivos.....	76.878	-
<b>Total.....</b>	<b>10.970.471</b>	<b>38.632</b>

Para todos os ativos financeiros que passam nos testes de SPPI, a Administração avaliou a exposição ao risco de crédito, incluindo concentrações significativas de risco de crédito. O quadro abaixo contém estes ativos classificados por risco de crédito, bem como os respectivos valores contábeis e, para aqueles que a Administração entende que o risco de crédito é maior do que baixo, também o respectivo valor justo.

## Classificação do grau de risco de crédito

	Risco de crédito	Valor contábil em 2018
<b>Ativos financeiros - SPPIs</b> .....		
Caixa e equivalente de caixa.....		43.131
Créditos das Operações.....		-
Seguradoras e Resseguradoras.....	moderado	4.434.712
Títulos de Créditos a receber.....		253.644
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....		277.122
Letras Financeiras do Tesouro (I).....	baixo	3.717.852
Notas do Tesouro Nacional.....	baixo	443.848
Operações Compromissadas.....	baixo	414.182
Títulos de Renda Fixa - Privados.....		-
Letras Financeiras.....	baixo	25.901
Títulos de Renda Variável.....		82.986
Aplicações no Exterior.....		-
Papéis de renda fixa (HSBC).....	baixo	29.875
Depósito a prazo fixo no exterior (iv).....	baixo	640.404
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.....	baixo	6.819
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies.....	baixo	2.043
Short-Term Investments.....	baixo	871
Sec Issued by States & Terr.....	baixo	1.025
Corporate Securities.....	baixo	4.721

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 18 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Companhia concluiu suas análises e não houve impacto material do IFRS 15/CPC 47 sobre as demonstrações contábeis.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 16/ CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" - Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os classificados anteriormente como operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia concluiu as análises dos possíveis impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras, e verificou que a adoção do IFRS 16 não tem impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS17 - "Contratos de Seguro" - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS17 "Contratos de Seguro". O IFRS 17 define de forma clara e consistente as práticas contábeis para todas as seguradoras e resseguradoras, o que irá certamente aumentar a comparabilidade das suas demonstrações contábeis em diferentes países. Estão sendo avaliados os possíveis impactos gerados na aplicação do IFRS 17 nas demonstrações contábeis e nos indicadores de performance das seguradoras e resseguradoras. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. À parte deste modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Para contratos de seguro com características de participação direta, a abordagem da comissão variável se aplica. Essa abordagem é uma variação do modelo geral.

Ao aplicar a abordagem da comissão variável, a participação da seguradora nas mudanças no valor justo dos itens subjacentes é incluída na margem contratual do serviço. Como consequência, as mudanças no valor justo não são reconhecidas no resultado no período em que ele ocorrer, mas ao longo da vida remanescente do contrato. O IFRS 17 seria aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 porém o IASB em novembro de 2018 votou a favor da prorrogação da data de implementação da referida norma para 1º de janeiro de 2022. O IFRS 17 pode ser aplicado retrospectivamente, de acordo com o IAS 8 de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, mas ele também tem a previsão da "abordagem retrospectiva modificada" e da "abordagem de valor justo", dependendo da disponibilidade de informação. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

## 28. Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, provisões técnicas e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrita no item (a), as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas, descritas no item (b), as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descritas no item (c), as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descritas no item (d), as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas, ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercícios futuros afetados.

## (a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica está demonstrada na nota 2.4.3. No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer. Com base nas informações e experiência da Companhia, a equipe atuarial define premissas que permitem a obtenção da melhor estimativa do passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes difiram, o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e civis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber. A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 2.8, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

## (e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 26, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

<b>José Carlos Cardoso</b> Presidente	<b>Fernando Passos</b> Vice-Presidente Executivo, Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Lúcia Maria da Silva Valle</b> Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance	<b>Paulo Daniel Araújo da Rocha</b> Contador - CRC RJ - 095001/O-5	<b>Rodrigo de Valnísio</b> Atuário - MIBA 1573
--	--	---	---	---

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às Demonstrações Contábeis do exercício de 2018

O IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB Brasil RE), sociedade anônima, regido pelo seu Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável, tem por objeto efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

O Comitê de Auditoria do IRB Brasil RE, é órgão consultivo estatutário, constituído em consonância com a Resolução CNSP 321/2015, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração e tem por finalidade: (i) assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização, principalmente no acompanhamento dos princípios e normas contábeis e das demonstrações financeiras da Empresa; (ii) avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e de gestão de riscos; e (iii) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Empresa, além de regulamentos e políticas internas.

O presente relatório, emitido em observância ao artigo 136 da Resolução CNSP 321/2015, apresenta as atividades desenvolvidas no exercício de 2018, relativas ao acompanhamento das ações visando às demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2018.

Como resultado dos trabalhos, foram analisadas as demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2018. A análise baseou-se nas informações recebidas nas reuniões com: (i) a Administração; (ii) auditores externos; (iii) auditoria interna; (iv) responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos; (v) gestor da área contábil-orçamentária; e (vi) demais áreas operacionais e administrativas. As demonstrações contábeis do IRB, incluídas as notas explicativas, foram auditadas pela empresa de auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. A Administração do IRB Brasil RE, responsável pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações contábeis

da Companhia, forneceu ao auditor independente todos os dados, documentações, informações e condições necessárias para o efetivo desempenho do objeto da prestação de seus serviços. As demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Código de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os controles internos e o gerenciamento de riscos têm sido motivo de constante avaliação e acompanhamento por parte deste Comitê, por meio de reuniões periódicas com a Gerência de Compliance; Gerência de Riscos Corporativos; e com a participação da Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance. A Administração do IRB Brasil RE continuou atuando no aperfeiçoamento do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos, visando torná-lo efetivo e adequado ao atual porte e complexidade dos negócios.

O Comitê manteve com os auditores independentes um canal regular de comunicação para discussão dos resultados da auditoria e de aspectos contábeis relevantes, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade dos trabalhos realizados e as situações que pudessem afetar a efetividade, a objetividade e a independência da auditoria independente, dando como plenamente satisfatório os trabalhos desenvolvidos.

Em 2018 a Auditoria Interna reformulou sua metodologia para definição de critérios de priorização dos processos auditáveis, havendo a mesma sido revisada e aprovada por



continuação

## Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

### Aos Acionistas e Administradores do IRB-Brasil Resseguros S.A.

#### Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** ("Resseguradora") em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Resseguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro

de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Resseguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Resseguradora.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade

de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.  
Rua do Russel 804  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil 22210-907  
CNPJ 02.646.397/0004-61  
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira  
MIBA 729

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

### IRB-Brasil Resseguros S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("Companhia" ou "Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB-Brasil Resseguros S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, inclusive as aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

#### Porque é um PAA

**Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguros (Notas 8, 19 e 27.9)** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuem obrigações derivadas de seus contratos de resseguros que estão registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" ("Provisões Técnicas") que totalizam R\$ 8.823.037 mil (o valor líquido de ativos de retrocessão equivale a R\$ 5.727.202 mil) nas demonstrações contábeis consolidadas. A determinação dos valores de provisões técnicas dos contratos de resseguros envolve julgamento relevante da Administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Companhia. Adicionalmente, a Administração realiza o teste de adequação de passivos ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O TAP envolve a apuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados brutos de retrocessão, descontados por taxa obtida por meio do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA prefixada e cupom cambial. O TAP também considerou premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na Nota 27.9.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes premissas e metodologias para a mensuração e o reconhecimento dessas provisões técnicas pode resultar em impactos relevantes na mensuração dessas provisões e nos resultados da Companhia.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento e testes da efetividade dos controles internos relevantes relacionados ao processo de registro, avaliação e aprovação das provisões técnicas de resseguros e dos ativos de retrocessão da Companhia e de suas controladas. Consideramos, ainda, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais da Companhia e suas controladas pelos responsáveis finais técnicos, confirmando se estes tinham as qualificações e experiências apropriadas. Adicionalmente, testamos as principais premissas financeiras e atuariais utilizadas pela Administração na determinação das provisões e comparamos com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com base no histórico da Companhia, bem como procedemos ao recálculo dos principais saldos das provisões

técnicas em 31 de dezembro de 2018, testando a exatidão e a integridade das bases de dados utilizadas de emissão de apólices e de sinistros ou de contratos de retrocessão, conforme o caso, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Consideramos que as premissas utilizadas na determinação das Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões são razoáveis, o resultado do cálculo das provisões reflete as premissas utilizadas e as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.

#### Porque é um PAA

#### Receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros (Notas 25.1 e 27.14)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas auferiram receitas de prêmios de contratos de resseguros que totalizam R\$ 6.961.340 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. A mensuração da receita de prêmios de contratos de resseguros é um processo complexo em virtude das diversas variáveis que são utilizadas em sua apuração, dentre as quais se destacam: (i) a análise e a aceitação do risco no processo de subscrição; (ii) o processamento e a contabilização do prêmio conforme os tipos de contratos - facultativos ou automáticos - e; (iii) os critérios de repartição dos prêmios - proporcionais e não proporcionais. Dessa forma, são necessárias a consideração de diversos aspectos na apuração das estimativas e o reconhecimento da receita de prêmios emitidos nos montantes e períodos corretos.

Consideramos o reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros como relevante em nosso processo de auditoria devido aos montantes envolvidos e as inúmeras peculiaridades envolvendo o processo de aceitação do risco, bem como o seu reconhecimento contábil.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros:

- Entendimento e teste da efetividade dos controles internos relevantes do processo de subscrição, de reconhecimento da receita de prêmios emitidos e dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos e controles.
- Utilização de técnicas de auditoria por computador para confirmar a integridade dos dados operacionais de prêmios emitidos para posterior comparação com os montantes registrados no sistema contábil.
- Em base amostral, testes de transações das operações de resseguros com foco nas confirmações das variáveis contratuais mencionadas, inspeção de documentação-suporte (contratos e apólices), e análise da aderência às políticas aplicadas para o reconhecimento dos prêmios efetivos e estimados derivados dos referidos contratos e apólices.
- Testes de liquidação subsequente de prêmios emitidos, com a inspeção de documentos que comprovem o recebimento dos montantes registrados contabilmente.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que as variáveis utilizadas no reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros são consistentes com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

#### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Resseguradora e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Resseguradora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, inclusive as aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Patrício Marques Roche  
Contador  
CRC 1RJ081115/O-4